

ÉLISÉE RECLUS

# O HOMEM E A TERRA

A Cultura e a Propriedade



LA CULTURE  
ET LA PROPRIÉTÉ

Editora Imaginário

 EXPRESSÃO & ARTE  
EDITORIA



**Projeto Editorial**  
**Plínio Augusto Coêlho**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Reclus, Élisée, 1830-1905.

O Homem e a Terra: A Cultura e a Propriedade / Élisée Reclus;  
tradução Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo: Expressão & Arte:  
Editora Imaginário, 2010.

Título original: L'Homme et la Terre: La Culture et la Propriété  
ISBN 978-85-7935-007-8

1. Civilização – História 2. Etnologia 3. Geografia humana  
4. Geografia social 5. História universal I. Título.

10-11774

CDD-910.01

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia social 910.01

**Expressão e Arte Editora**

Rua Waldemar Martins, 926 - Casa Verde  
Tel. 11-3951-5240 / 3966-3488 Fax 11-3951-5188  
02535-001 São Paulo - SP  
[www.expressaoearteeditora.com.br](http://www.expressaoearteeditora.com.br)  
[expressaoearte@terra.com.br](mailto:expressaoearte@terra.com.br)

**Editora Imaginário**

Rua Espártaco, 456 - Vila Romana  
Tel. 11-3864-3242  
05045-000 São Paulo - SP  
[www.editoraimaginario.com.br](http://www.editoraimaginario.com.br)  
[ed.imaginario@uol.com.br](mailto:ed.imaginario@uol.com.br)

**Impresso no Brasil**  
**2010**

867318

**ÉLISÉE RECLUS**

**O HOMEM E A TERRA**  
**A CULTURA E A PROPRIEDADE**

*Tradução*

Plínio Augusto Coêlho

911  
H299hc

**Editora Imaginário**

 **EXPRESSÃO & ARTE**  
**EDITORIA**

# SUMÁRIO

NOTA DE APRESENTAÇÃO

7

A CULTURA E A PROPRIEDADE

*Élisée Reclus*

9



## NOTA DA EDIÇÃO

O ensaio *A Cultura e a Propriedade*, corresponde ao capítulo VIII, livro IV, volume VI da obra de Élisée Reclus, *O Homem e a Terra*, publicado em Paris, em 1905.

# A CULTURA E A PROPRIEDADE

Élisée Reclus

O poder dos reis e dos imperadores é limitado,  
aquele da riqueza não o é em absoluto.

HAVERES DA HUMANIDADE EM FAUNA E FLORA  
DOMESTICAÇÃO – PARQUES NACIONAIS E RESERVAS  
PROPRIEDADE COMUM – REPARTIÇÕES PERIÓDICAS  
PROPRIEDADE PRIVADA – GRANDE E PEQUENA PROPRIEDADE  
TERRA DADA COMO FEUDOS OU PRESENTES  
ARRENDAMENTO E MEAÇÃO – MELHORIAS AGRÍCOLAS  
O SOLO E A FINANÇA – QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO  
CAOS E MISÉRIA

Os haveres atribuídos à humanidade, e que representam os jardins e os campos em cultura, os rebanhos dos prados e dos *alpages*<sup>1</sup>, enfim, os animais domésticos, aumentaram, de modo geral, proporcionalmente ao número dos beneficiários; entretanto, não parece que, desde a era pré-histórica, as con-

<sup>1</sup> Pastos de alta montanha. (N.T.)

UFROS  
Instituto de Geociências  
Biblioteca



quistas do homem em novas espécies de essencial utilidade tenham sido muito consideráveis. Nos tempos mais remotos, aos quais remontam os testemunhos escritos, as descobertas fundamentais eram feitas, o homem moía o grão e manipulava a massa que se transforma em vida; ele também tinha amigos, associados, servidores entre os animais: seu mundo era infinitamente expandido por aquele da flora e da fauna vivas. Pode-se inclusive remontar a eras anteriores à fauna atual para ali encontrar os indícios da associação feita voluntariamente, por astúcia ou pela força, entre o homem e os outros animais. As descobertas feitas em uma gruta vizinha à baía Ultima Speranza, em meio ao arquipélago magelânico, não deixam qualquer dúvida em relação a isso. É certo que, antes do último período glacial, os trogloditas da América meridional já possuíam um animal doméstico, o *grypotherium domesticum*, um desdentado gravígrado que cessou de existir há muito tempo: espessas camadas de esterco de aproximadamente dois metros, recobrimo um espaço de 2.600 m<sup>2</sup> na gruta que esses animais habitavam ao lado dos homens, prova que eles eram criados como autênticos rebanhos<sup>2</sup>.

Como toda evolução, aquela das relações do homem com as outras espécies vivas, vegetais e animais, comporta certos recuos. A cultura não se enriqueceu, melhorou por um movimento uniforme e contínuo;

---

<sup>2</sup> R. Hanthal, *Revista del Museo de la Plata*, tomo IX, pp. 409 e seguintes.

em certas épocas, ela, ao contrário, empobreceu-se muito. Pela domesticação dos animais, é certo que a humanidade encontra-se parcialmente em uma via regressiva. Foram destruídas espécies que teriam podido se tornar preciosas ajudas, e outras ainda que ao menos contribuía para a beleza e a alegria de nosso planeta; agora não as conhecemos mais nas vitrines de nossas coleções senão por raros espécimes, e pelas descrições e gravuras que sagazes naturalistas consagraram à fauna desaparecida. Outras espécies, tais como o canguru, estão gravemente ameaçadas, e se elas viessem a perecer, a perda seria irremediável. Por outro lado, animais outrora domados, retornaram em nossos dias à vida errante.

Assim, os arqueólogos constataram de maneira indubitável que os egípcios do “Antigo Império” contavam em seus rebanhos de animais domésticos três espécies de antílopes: a algazela (*A. leucoryx*), a gazela propriamente dita (*A. dorcus*) e a defassa (*A. ellipsiprymna*); além disso, um baixo-relevo assinalado por Lepsius em seus *Denkmaeler*, — representa entre os rebanhos de animais domésticos recenseados pelos escribas uma quarta espécie de antílope, o *damalis senegalensis*, de chifres em forma de lira. A cabra montesa bedden, *capra sinailica*, que ainda é encontrada em bandos selvagens entre o Nilo e o Mar Vermelho, bem como no maciço do Sinai, havia sido igualmente domesticada<sup>3</sup>. Mas desde o “Médio Im-

<sup>3</sup> François Lenormant, *Les Premières Civilisations*.



pério" a algazela era a única desses antílopes ou cabras que permaneceu doméstica, e, após a invasão dos hicsos, todos esses animais, que só os egípcios entre os homens souberam associar à sua existência, tornaram a ser selvagens.

Com as diversas espécies de cães que os egípcios possuíam e adestravam, eles souberam domar dois animais próximos da hiena, nos quais Hartmann reconheceu o cão hienoide, *canis pichus*<sup>4</sup>, que ainda vive na Abissínia, mas que não é mais utilizado em nenhum lugar como caçador, embora ele saiba muito bem agrupar-se em matilha e perseguir a caça com raro método, mesmo durante o dia. Os egípcios não tiveram muita dificuldade em aproveitar esse instinto tão extraordinário, pois o cão hienoide reproduzia-se na domesticidade. Quanto ao guepardo (*felis jubatus*), que os caçadores do Egito também mantinham em seus canis, ele ainda serve aos beni mzab da Argélia, ajudando-os na perseguição aos antílopes. Na outra extremidade do continente, nas matas da África meridional, a extraordinária imprevidência dos colonos, holandeses, franceses ou britânicos, destruiu, no intervalo de dois séculos, um número talvez ainda maior de espécies de animais que o homem teria podido associar a seu trabalho. Dois desses extraordinários animais desapareceram por completo durante a segunda metade do século XIX: o antílope blaubok

<sup>4</sup> Dümichen; Hartmann, *Resultate der archäologisch-photographischen Expedition*.

e o cuaga. Este último teria sido facilmente conservado, pois era em pouco tempo domesticado quando capturado jovem: cruzava com a jumenta e não sofria absolutamente como a maioria dos outros animais o temível contágio provocado pela mosca tsé-tsé. Os cuagas seriam contados aos milhões se a criação tivesse sido tentada, e agora só restam esqueletos e peles em uma dúzia de museus<sup>5</sup>.

O elefante, que fazia a glória dos grandes cortejos da África, há dois mil anos, como ainda em nossos dias na Índia, retornou recentemente ao estado selvagem no continente negro. Em meados do século XIX, a espécie africana já não era representada por um único animal domado: a raça retornara à vida selvagem primitiva, e o que restava dele estava ameaçado de desaparecimento em pouco tempo. Calcularam que na África a produção de marfim elefantino é de 800.000 quilogramas por ano. Uma fraca parte dessa matéria preciosa compõe-se de “marfim morto”, proveniente dos cadáveres encontrados nas florestas, mas quase toda a coleta compõe-se de “marfim vivo”<sup>6</sup>. Significa que, considerando uma média de 15 quilogramas por presa, os caçadores matam ao menos 40.000 elefantes por ano, sem contar aqueles que, depois de terem sido feridos, vão morrer mais longe,

---

<sup>5</sup> Graham Renshaw, *Zoologist*, citado na *Revue Scientifique*, 30 de março de 1901.

<sup>6</sup> Marfim colocado à venda nos três grandes mercados de Londres, Liverpool e Antuérpia, em 1895: 674.550 kg.



na mata<sup>7</sup>. Entretanto, o animal vivo representa uma riqueza superior, por sua força de trabalho e por sua inteligência, àquela do animal morto! Em vez dessas caças de extermínio, poder-se-ia facilmente domesticar o gigantesco animal, como faziam outrora os etíopes, os “mais sábios dos homens”, e transformá-los em servidores, melhor, em aliados, no trabalho de ordenamento do solo africano. Os relatos dos historiadores e as gravuras das moedas não permitem duvidar de que o elefante doméstico dos exércitos de Aníbal pertence realmente à espécie que hoje percorre as florestas nilóticas. A dimensão considerável das orelhas e a forma da fronte caracterizam claramente essa espécie. Mas a guerra fez perecer a arte da doma, e é agora na paz, na suavidade paciente dos domadores que incumbe recomeçar a grande obra, pois é verdadeiramente um dos supremos triunfos do homem ter sabido criar certos animais até a sociedade superior, que concebe e pratica o belo. O elefante não se tornou o deus Ganesha, isto é, o símbolo da Sabedoria, e isso graças ao homem, que fez dele seu companheiro? E não se pode dizer o mesmo de espécies igualmente divinizadas, tais como o cão e o gato, que, embora conservando — sobretudo o gato — certa independência e a originalidade do caráter, humanizaram-se incontestavelmente para viver da existência do *homo sapiens* pelo olhar, pelos desejos, pelos sentimentos e pelas paixões?

---

<sup>7</sup> *Revue Scientifique*, 21 de setembro de 1895.

A obra de reconquista do elefante africano, do ponto de vista econômico e moral, realiza-se lentamente, contudo, ela realiza-se. Uma infeliz tentativa, feita em 1879, para aclimatar quatro elefantes indianos às margens do Tanganyika, havia desencorajado as tentativas; todavia, desde então, Bourdaries e outros viajantes citaram exemplos de inúmeros êxitos. No Congo francês, às margens do Fernand Vaz, o elefante Fritz, criado por negros pahouins, é perfeitamente adestrado ao transporte de cargas de 350 kg, e arrasta troncos de árvores pesando meia tonelada<sup>8</sup>. Em Yaundé, em Camarões, o alemão von Lottner faz-se seguir gentilmente por elefantes domados, tão dóceis quanto os cães; ele constatou a existência, no distrito, de duas variedades distintas, uma de pelo claro e crânio pontudo, a outra de pelo mais escuro e cabeça mais larga; esta última é mais selvagem e exige mais paciência por parte do domador.

Na África, a maior das aves, o avestruz, estava ameaçada de desaparecimento como animal doméstico; só se encontrava aqui e acolá entre os negros do Sudão, em alguns vilarejos da Tripolitânia, e principalmente em torno do lago Tzade, antes das razias das recentes guerras<sup>9</sup>. A extraordinária ave só foi salva graças aos criadores do Cabo da Boa Esperança, que compreenderam os benefícios materiais da domesticação comparada à caça destrutiva. Nas estepes da Rússia

---

<sup>8</sup> *Globus*, 1º de setembro de 1900, p. 132.

<sup>9</sup> Huart, *Géographie*, 15 de março de 1904.

meridional, tentativas do mesmo gênero foram perfeitamente exitosas, malgrado os frios rigorosos, ao passo que, até agora, a domesticação do avestruz no litoral demasiado úmido da Argélia, em jardins demasiado estreitos, foi completamente infrutuosa do ponto de vista industrial. É na vasta extensão dos planaltos que outrora percorriam os avestruzes selvagens, exterminados pelo general Margueritte e seus companheiros de caça; é na mesma região de imensos horizontes que se poderá, se se quiser seriamente, e com método, renovar a raça do avestruz argelino.

E o que dizer das mais belas espécies de pássaros, os lofóforos, e essas maravilhosas e fantásticas “liras” voadoras, que outrora se acreditava só poder viver acompanhadas pelo vento e voando ao sol, rumo ao “paraíso”? Esses pássaros incomparáveis só puderam desenvolver-se na Indonésia graças à ausência dos grandes rapaces, mas o homem, o rapace por excelência, substitui amplamente os tigres e as raposas. A moda feminina dos chapéus ornados de plumas, de cristas de pássaros, que prevalece desde as últimas décadas do século XIX, e que os costumes democráticos propagaram até os chapéus das mendicantes, teve por resultado fazer surgir uma classe de comerciantes-caçadores viajando pelo mundo para matar as mais belas aves e despojá-las de suas plumas. As lojas entram em concorrência para encontrar os mais hábeis agentes dessa obra funesta, que prossegue contra tudo o que há de mais belo, os flamingos, as garças, inclusive contra as andorinhas, adoradas em todas as épocas.



É em nossos dias que desaparece o flamingo da América do Norte. Desde há muito se pensava que os indivíduos encontrados aqui e acolá deviam provir de uma colônia estabelecida em algum lugar no arquipélago das Bahamas. O naturalista Frank Chapman procurou-a e acabou descobrindo-a em maio de 1904. Servindo-se de precauções extremas, conseguiu observar esses animais admiráveis, os maiores pássaros de plumagem brilhante; sem incomodá-los, pôde observar seus hábitos e fazer inúmeras fotografias; mas se o cientista pôde ocultar-se do animal, não pôde impedir que outros homens seguissem seu rastro e, nos seis meses que se seguiram à sua expedição, os flamingos desapareceram quase todos sob o dente do caçador<sup>10</sup>.

A caça às “garças-reais”, bem mais do que as jazidas de ouro, tal foi a razão dos conflitos diplomáticos suscitados entre a Grã-Bretanha, a Venezuela e o Brasil ao final do século XIX. Falava-se solenemente do direito das pessoas, de precedentes históricos e deveres internacionais, mas, na realidade, tratava-se só dos lucros a serem obtidos pelos especuladores de tal ou qual país com a captura anual de duzentas ou trezentas mil garças-reais<sup>11</sup>. Entretanto, não faltam exemplos de procedimentos menos bárbaros, fáceis de se-

---

<sup>10</sup> *Century Magazine*. – *National Geographical Magazine*. Janeiro de 1905.

<sup>11</sup> I. Forest, *Congrès des Sociétés Nationales de Géographie*. Lorient, agosto de 1896, *Revue Scientifique*, 28 de novembro de 1896, p. 700.

rem seguidos, e que teriam por resultado salvaguardar as espécies e assegurar o produto regular. Na Venezuela e nas outras partes da América meridional e temperada, no Marrocos, na Mesopotâmia, na China, os pássaros com penachos deixam-se docilmente capturar; mesmo alguns dos especuladores, menos apressados para matar do que seus confrades, fizeram em larga escala, e com sucesso, experiências de domesticação sobre centenas de animais. Seu exemplo chega a tempo para salvar as espécies ameaçadas pela mania destruidora dos oficiais, dos caçadores e das mulheres da sociedade?

É por razões semelhantes que os animais de pelagens finas e macias tornaram-se tão raros, ou até mesmo desapareceram completamente em tantos países do norte. Se o castor ainda não foi completamente destruído, ele já não vive em estado de "nações", como na época em que os europeus penetraram no país. Já no século XVII, os caçadores canadenses franceses fizeram tais estragos entre as tribos de castores que os indígenas do Mississipi tiveram de organizar-se para proteger vilarejos de castores: era preciso deixar no local ao menos seis machos e doze fêmeas<sup>12</sup>. Agora, o nome de Beaver é encontrado nos Estados Unidos tão freqüentemente nas regiões despovoadas de castores quanto os nomes de Bièvre na França, Berer em Flandres e Bieber na Alemanha. Faz muito pouco tempo que o castor foi felizmente salvo

<sup>12</sup> Michelet, *Histoire de France*, XV, Régence, p. 189.

de uma completa destruição na América do Norte, graças ao confinamento. Uma fazenda da Geórgia, de uma superfície de aproximadamente 450 hectares, contém algumas centenas desses animais, jovens e velhos, que dispõem da água de um riacho abundante para a construção de seus diques e aos quais dão todas as facilidades para o trabalho, mas todo ano matam um certo número deles para vender as peles<sup>13</sup>. Uma ilha da costa de Maine, Outer Heron, próximo a Boothbay, assim como as ilhas Pribilov dos mares do Alaska, são utilizadas como reservas para as raposas negras e "azuis", cujas peles são vendidas em Londres ao preço de 1.000, 1.250 francos<sup>14</sup>. A especulação obtém êxito, mas se os criadores regulam o abate de sua caça, ao menos asseguram a duração, e, inclusive, pela escolha judiciosa dos reprodutores, a beleza da raça; aí se limitam seus cuidados. Eles nada fazem para a domesticação do animal; no entanto, as vítimas designadas são levadas em alto mar: elas são sacrificadas longe da costa a fim de que as raposas da ilha não vejam os rastros de sangue e não sintam o odor.

Recentemente, a coroação do rei da Inglaterra, Eduardo VII, teria custado a vida de 108.000 armínios para os casacos dos pares do reino e de suas esposas se, para o embelezamento dos casacos de pele,

<sup>13</sup> *Revue Scientifique*, 13 de março de 1897, p. 343; 8 de janeiro de 1898, p. 58.

<sup>14</sup> *Revue Scientifique*, 24 de abril de 1897, p. 537; P. Diffloth, *Revue Universelle*, 1902.



não tivesse havido acordo com os fornecedores da corte.

As lontras marinhas cessaram de ser conhecidas pelos caçadores. Já por volta de 1876, elas haviam desaparecido das costas da Califórnia, mas ainda eram encontradas no litoral do Oregon, no Alasca e nas Aleutas. Agora restam bem poucas, mesmo nas paragens setentrionais, para que possam ser caçadas: o comércio não existe mais. As raras lontras que continuam a espécie mudaram de hábitos: elas não vão mais à terra para descansar, refugiam-se em massas de algas flutuantes e vão alimentar-se sobre as rochas que afloram<sup>15</sup>. Mas as invejas comerciais, os ódios internacionais encontraram um meio de satisfazer-se às expensas de outra espécie marinha, as otárias, que seria singularmente fácil de transformar em animal doméstico. É assim que, em 1896, um decreto do Congresso norte-americano ordenou aos guardas das ilhas Pribilov a destruição quase total das otárias (*callorhinus ursinus*), que vão ao arquipélago para ali criar suas famílias. Triste exemplo da ininteligência humana! Durante a primeira metade do século XIX, a matança fazia-se sem qualquer método; russos e ingleses exterminavam em massa. Não se viam mais do que animais isolados nas ilhas do Pacífico setentrional, quando fazendeiros americanos tiveram a idéia de adaptar as ilhas Pribilov, como grandes parques, para rebanho marinho. Em 1890, havia ao menos cinco milhões de

<sup>15</sup> *Revue Scientifique*, 30 de maio de 1896; 6 de agosto de 1898.

focas, das quais cem mil, aproximadamente dois terços da produção mundial, seriam abatidas todo ano em benefício da companhia de adjudicação. Em seguida veio a luta entre fazendeiros e piratas, luta à qual sucedeu o extermínio legal, destinado a pôr termo nas freqüentes disputas que eclodem entre os concessionários oficiais e os caçadores entrelopas. Quando só existirem raros sobreviventes, talvez lamentem por não terem domesticado o afável animal.

No continente vizinho, na América do Norte, a caça mais amiúde citada foi o bisão, cuja carne alimentava tantas tribos indígenas antes que os brancos, arrebatados pelo frenesi do assassinato, pusessem-se a tudo exterminar diante deles. Ainda em meados do século XVIII, os bisões percorriam as florestas e as savanas no "piemonte" oriental dos Alleghenies<sup>16</sup>, e inclusive uma colônia de huguenotes franceses, em Manikintown, no vale superior do James River, havia domesticado o animal, se não para a agricultura, ao menos para a produção de carne e leite. Foi o bisão que abriu todas as estradas levando do Oceano Atlântico ao *Far West*, atravessando montanhas e vales seguindo as linhas de menor esforço; o homem só fez seguir os rastros do animal, logo substituídos pelos rastros de suas bestas de carga, e agora pelas vias férreas.

Agora, já não há mais bisão livre no Cis-Mississipi, e contam-se aqueles que existem além do

---

<sup>16</sup> George Brown Goode, *National Geographical Magazine*, agosto de 1896, p. 278.

grande rio. Em 1900, o número de bisões americanos manteve-se, é verdade, mas não em condições de liberdade: o aumento dos animais só ocorria nas reservas, enquanto havia diminuição nos prados<sup>17</sup>.

Todavia, na América canadense, perto do Forte Résolution, às margens do grande lago da Escravidão, o bisão continua a prosperar<sup>18</sup>; resta nesse lugar uma reserva natural que contém três rebanhos de quinhentas cabeças que os agentes do país prometem defender contra os caçadores; a raça desses bisões é, de resto, de um tipo mais comprido e mais forte do que aquela das planícies mississipianas.

O bisão dos Estados Unidos, doravante confinado, viverá, talvez, mas devemos temer que o bisão da Europa sucumba, pois o rebanho da floresta lituana de Bela Veja, onde é proibido caçar, diminui gradualmente em força numérica desde meados do século; existiam aproximadamente 1.900 animais em 1856; quarenta anos depois, eles eram só 600, pois, se cuidam de alimentá-los durante o inverno abrindo-lhes celeiros repletos de feno, ainda não se pôde protegê-los dos lobos; além disso, segundo alguns natu-

---

<sup>17</sup> *Bisons des États-Unis*, segundo Nature, 22 de novembro de 1900.

Em 1889, em liberdade, 835; em cativeiro, 256: Total 1.091 (Segundo H. Ornaday).

Em 1900, em liberdade 340; em cativeiro, 684: Total 1.024 (Segundo Marc Sullivan).

<sup>18</sup> Rutledge, *Canadian Gazette*, 29 de junho de 1899.



ralistas, o decrescimento da raça poderia dever-se à consangüinidade, e eles deveriam ser com urgência cruzados com bisões que ainda se encontram no Cáucaso<sup>19</sup> e os outros representantes da raça conservados aqui e acolá em florestas privadas. Designa-se amiúde o bisão da Lituânia pelo nome de auroque, e é um erro: já faz talvez três séculos que esse animal cessou de existir, assim como o cervo megácero e tantos outros animais dos tempos pré-históricos.

Se o homem não retornar à bondade, o caribu do Ártico, ou a rena do Canadá, partilhará o destino do bisão em um futuro próximo. Indígenas e esquimós, bem como os raros viajantes brancos que penetram nas solidões canadenses, ao norte do lago do Escravo, matam todo ano milhares de caribus, seja por sua carne, seja apenas pelas línguas, parte preferida. A caça se faz, portanto, unicamente pelo "prazer". Alguns territórios, onde eles eram outrora muito numerosos, estão agora completamente despovoados<sup>20</sup>.

Existem outras espécies que o homem aprendeu a utilizar, mas a maioria é composta por auxiliares da caça e da pesca, e participam dessa obra de destruição na qual o homem é um grande especialista; tais são o furão, a lontra, o gavião, o falcão, o cormorão, o lince, a pantera, até mesmo o leão. Por outro lado, fora de nossas capoeiras e de nossos parques, de nossas fazendas e de nossos aviários, o agricultor domesti-

---

<sup>19</sup> *Revue Scientifique*, 26 de setembro de 1896, p. 406.

<sup>20</sup> J. Mackintosh Bell, *Geographical Journal*, setembro de 1901.

cou a lhama, a vicunha, a rena, o dromedário, o camelo das terras africanas e asiáticas; este está igualmente aclimatado na Austrália, onde a criação não foi abandonada ao acaso, e se tem indivíduos em muito superiores aos da Índia pelo porte, pela força e pela resistência<sup>21</sup>; o rinoceronte é domesticado nos montes Garro onde o fazem pastar em rebanho. Aqui e acolá o tapir presta serviços ao homem; bois-almiscarados foram transportados do norte da Groelândia à Suécia boreal para serem empregados no trabalho dos campos.

De resto, qual espécie não tem faculdades sociáveis que se poderia consideravelmente desenvolver com um pouco de sagacidade e benevolência, e que, em seguida, só nos ajudaria: pardais de nossos jardins públicos, serpentes da Índia, pítons do Daomé, esquilos, camundongos, marmotas, aranhas, periquitos, carpas, todos esses animais aproximam-se de nós assim que lhes fazemos o menor sinal de amizade. E nosso primo, o macaco, ainda é no máximo considerado como objeto de curiosidade! Podemos às vezes nos perguntar se o animal não domesticou o homem em vez de este tê-lo subjugado. Os procedimentos tirânicos dos cães e dos gatos são bem conhecidos, mas o adestramento do cuco indicador da África meridional, conduzindo o indígena à colmeia para extração do mel selvagem, sabendo que terá a sua parte, é um exemplo bem melhor. Esse costume é negado

---

<sup>21</sup> David Carnegie, Scott. *Geogr. Magazine*, 1898, p. 113.

do mesmo modo como foi posta em dúvida toda história de animal supondo nele uma dose de inteligência completamente comparável à nossa — e uma dose de bondade superior — e, no entanto, ela é absolutamente digna de fé, assim como os numerosos fatos que mostram os progressos intelectuais no mundo dos animais, tais como os aperfeiçoamentos graduais nos ninhos do martim-pescador, da andorinha, do mergulhão, da *sitta europaea*<sup>22</sup>, da gaivota, tal como o emprego da alavanca pelo macaco e pelo elefante. Os pesquisadores que penetraram no mundo animal narram maravilhas<sup>23</sup>.

A associação entre o homem e o animal é só um caso particular das associações animais. O cuco indicador comporta-se em relação ao ratel, quadrúpede da família do urso, exatamente como em relação ao hotentote, e o animal compreende o chamado do pássaro do mesmo modo que o hotentote pode fazê-lo. No litoral do Peru, constatou-se que uma certa ave pousa no casco da tartaruga que flutua e, ante a aproximação de um barco, o pássaro não deixa de, antes de voar, dar algumas bicadas na carapaça do animal adormecido. Não é necessário que cada participante extraia algum benefício de sua cooperação, pode haver afeição não partilhada; amiúde se encontra nas cordilheiras tropas de mulas cujo animal que vem à frente

<sup>22</sup> Paul Noël, *Notes manuscrites*.

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, Seton Thompson, *Wild animals I have known*.



do grupo é um cavalo castrado: é um meio empregado pelos condutores para impedir que seus animais dispersem-se, pois todas logo desenvolvem pelo cavalo denominado "madrina", madrinha, tal apego que elas não podem suportar ficar muito tempo separadas dele<sup>24</sup>.

Em suma, o que o homem introduziu de novo no mundo animal foram os cruzamentos de raças. A ele devem-se inúmeros galináceos, lepóridos, hermione e mula. Quando um ser híbrido possui mais raciocínio, memória, resistência, afeição e longevidade do que cada um dos pais, parece indicar que a arte foi mais forte do que a natureza (Darwin).

Em 1900, as potências européias puseram-se de acordo para impedir a destruição dos grandes animais da África, ao menos para regular sua caça. Em virtude de seu tratado, foi estabelecido que, na região central do continente, a perseguição dos leões, leopardos, hienas, babuínos, serpentes venenosas e pítons permaneceria provisoriamente permitida, enquanto aquela do abutre, do secretário, do mocho e de outros pássaro, a girafa, o gorila, o chimpanzé, o asno selvagem, o alce, em perigo de completo extermínio, devem ser protegidos; quanto ao elefante, ao rinoceronte, ao hipopótamo, à zebra, ao búfalo, a caça dos jovens e das mães acompanhadas de seus filhotes não é autorizada. Como se vê, essa convenção não é de natureza a constituir verdadeiras reservas proibidas à ferocidade dos caçadores. Teria sido bem mais

---

<sup>24</sup> M. Monnier, *Des Andes au Para*.

eficaz delimitar claramente uma região que fosse absolutamente fechada aos lenhadores tanto quanto aos matadores de animais e de homens, a não ser em caso de defesa pessoal.

Em relação a isso, as prescrições estipuladas para o parque de Yellowstone ou “Parque Nacional”, nos Estados Unidos, teriam sido o modelo a seguir. “Nenhuma violência deve ser feita contra pássaro ou outro animal; nenhuma machadada deve ser desferida contra árvore da floresta primitiva; e as águas devem continuar a correr não poluídas por moinho ou por mina. Tudo deve permanecer no estado para testemunhar o que era o *Far West* antes da chegada do homem branco”. Perguntamo-nos se, todavia, os hotéis com suas equipagens e suas dependências de todos os tipos não acarretam pouco a pouco a violação desses engajamentos. Temos os mesmos temores em relação a todos os “parques” desse tipo estabelecidos na vizinhança das grandes cidades e das regiões superpovoadas. Em New Hampshire, um naturalista delimitou em plena região montanhosa uma belíssima floresta de 17.000 hectares, na qual foram introduzidos 74 bisões, 1.500 alces e quase 2.000 outros cervídeos de diversas espécies, todos animais selvagens que ali encontraram um meio que lhes convinha, e que ali se multiplicam. Os montes Adirondak de Nova York também têm suas reservas, e cada um dos estados do Norte pede para ter as suas<sup>25</sup>. A mesma corrente de

---

<sup>25</sup> *Revue Scientifique*, 30 de abril de 1898, p. 569.

idéias mostra-se na Austrália e na Nova Zelândia. Evidentemente, o aspecto e o povoamento desses diversos parques nacionais dependerá do gosto sincero dos habitantes pela natureza e da ciência de seus zoólogos. Na África, constatou-se que a "reserva" estabelecida pelos ingleses à margem esquerda do Chire não teve absolutamente por resultado devolver o elefante à região de onde a caça obrigou-o a fugir. Os animais ferozes, notadamente os leões e sua caça, aumentaram no parque rodesiano, mas o elefante não confia<sup>26</sup>: talvez ele tema uma nova astúcia do homem, seu inimigo por excelência.

Além dos animais de caça ou de utilização sobre os quais exerce-se a influência do homem em diversos sentidos, mas sobretudo no sentido da destruição, numerosíssimas espécies sofrem indiretamente essa influência. Não se poderia evitar a eliminação das multidões pelo estabelecimento das colônias, pelo arroteamento, pela cultura dos campos, pela construção das estradas e das fábricas. Se, nos nossos países da Europa, os museus contêm muitas espécies de aves migratórias ou sedentárias que desapareceram completamente durante o século XIX<sup>27</sup> em consequência do frenesi dos caçadores, a América do Norte perdeu certos pássaros pelo simples fato da colonização humana. Tal espécie, notadamente o *ectopistes migratorius*, era outrora bastante forte em número para que

<sup>26</sup> *Globus*, 1º de novembro de 1900, nº 18.

<sup>27</sup> *Levat, Revue Scientifique*, 8 de janeiro de 1898, p. 58.

seu vôo obscurecesse o sol durante horas inteiras. Audubon, que nos deixou descrições arrebatadoras dessas passagens de pássaros, visitou no Kentucky uma colônia de pombos migratórios que se estendiam a mais de 60 quilômetros, e a uma largura média de aproximadamente 5 quilômetros<sup>28</sup>.

O naturalista, agrônomo ou médico, ampliou a cada dia o círculo de seus estudos; ele busca prosseguir na face da Terra a ação do homem na propagação, na diminuição ou no desaparecimento dos insetos, dos vermes e das bactérias que provocam as doenças, as pestes, ou nos antídotos; ele entra, cada vez mais, no mundo dos infinitamente pequenos. Em tal matéria, devemos nos limitar a citar exemplos. É assim que se pôde calcular exatamente o tempo que levou o flagelo da nígua ou chique, *sarcopsylla* ou *pulex penetrans* (pulga-penetrante), para atravessar o continente da África, conduzida pelos homens em suas úlceras. Diz-se que o temível inseto alcançou a costa ocidental no porto de Ambriz, em um saco de lastro trazido por um navio brasileiro. Em 1885, a nígua já havia chegado à bacia interior do Congo em Stanley Pool. Em 1892, chegou a Nyanza, e grassava de maneira tão terrível, em Usinja e Urundi, que aldeias inteiras foram despovoadas. De lá, o inseto migrou para as margens do Tanganyika pela rota das caravanas e, em 1897, ele era encontrado nas cidades da costa oriental, em Bagamoyo e Pangani. Enfim, em

<sup>28</sup> *Revue Scientifique*, 22 de maio de 1897, p. 663.



1898, a ilha de Zanzibar também tinha seus infelizes claudicantes portando chiques sob as unhas dos pés. Espera-se que o temível inseto logo transponha o Oceano Índico para espalhar-se em todos os países da zona tropical<sup>29</sup>. O homem pôde por muito tempo crer-se impotente ante os perigos dessa natureza, e essa própria impotência era uma das causas pelas quais ele invocava um salvador providencial. Mas a ciência forneceu-lhe agora os meios para lutar. Ele aprende a imunizar-se, a preservar seu gado contra todas as perdas microbianas: modifica inclusive o aspecto da natureza para impedir o nascimento e a propagação de certas espécies. Os higienistas não nos fazem esperar que os terríveis anófeles, transmissores das febres palustres, cessarão de dizimar as populações humanas, graças às plantações de árvores apropriadas, ao tratamento químico dos charcos, à construção mais inteligente das moradias e à forma das roupas?

Ainda caçador e carnívoro, o homem não se coloca em absoluto o problema de seus deveres em relação ao mundo animal: todavia, suas relações mais estreitas com os animais que trabalham para ele fazem surgir questões morais muito imperativas. Todo esse mundo de operários quadrúpedes que fornecem sua colaboração, geralmente de maneira muito voluntária às atividades de seus donos, constitui, diz Clemenceau, um "quinto Estado"<sup>30</sup> muito semelhante ao quarto,

<sup>29</sup> Oscar Baumann, *Petermanns Geogr. Mitteilungen*, VII, 1898.

<sup>30</sup> *Le Grand Pan*, pp 161 e seguintes.

embora ele se encontre mais na situação de escravo dos tempos antigos do que naquela do assalariado moderno. E, coisa lamentável, há sempre um escravo para disciplinar os escravos, um homem do “baixo” povo para vingar-se do mais baixo do que ele: um oprimido, ele próprio filho de assalariado lesado em seus direitos, faz-se, por conta de um senhor, o algoz do animal; é um peão que aprende a chicotear de “quarenta e duas maneiras” a pele do animal rebelde; é o caravaneiro que trata cuidadosamente da ferida do asno ou da mula a fim de plantar no animal o dardo do agulhão. Quantas cidades, sem ser o “paraíso” de ninguém, são, contudo, o “inferno dos cavalos”!

Lá onde o sentimento de cordialidade natural entre companheiros de labor e a força da opinião pública protegem o animal doméstico, asseguram-lhe um bom tratamento, um zeloso cuidado, é um dos espetáculos mais encantadores esse da obra comum onde bípede e quadrúpedes, animados de uma mesma vontade, participam de um mesmo esforço. Uma bela parilha de cavalos de topetes esvoaçantes, guizos sonoros; bois ao passo regular entre os quais a mão do homem sustenta a relha cortante; os valentes cães de Bruxelas que ladram de felicidade quando o carro cheio de jarras movimenta-se acima de suas cabeças; há espetáculo humano que dê melhor a idéia de um sentimento de solidariedade em uma obra considerada como um dever? A probidade da consciência poderia superar no homem o que ela é nesses nobres animais? E quantas vezes o homem bruto arroga-se o

direito de vida e de morte sobre o animal? Quantas vezes o bom ou o mau destino do animal doméstico depende absolutamente do acaso, dos caprichos do dono, da boa natureza ou da ferocidade daquele que lhe toma seu trabalho? É verdade que, na maioria dos países ditos "civilizados", formaram-se "sociedades de proteção aos animais", as quais não se deve absolutamente criticar, e que decerto fazem em grande medida o bem, proporcional à iniciativa individual de bondade, à paixão de simpatia que trarão a essa obra os próprios cidadãos, pois as leis em seu socorro, para as quais apelam os amigos dos animais, só têm valor graças ao concurso da opinião pública, e só são efetivamente sancionadas nos países como a Inglaterra, onde o homem ama realmente seus irmãos que não são dotados da palavra. Como as leis poderiam fornecer aos animais domésticos uma eficaz proteção porquanto elas expõem os homens aos caprichos uns dos outros? Ao menos entre os humanos, os oprimidos podem resistir à liga dos opressores, e, pela solidariedade na revolta, pela associação nos esforços, eles já obtiveram muitas vitórias; mas o que podem os animais? Eles não fazem greve, e só se poderia esperar a melhoria de sua condição pelo crescimento gradual da inteligência e da bondade entre seus criadores e donos.

Ora, perguntamo-nos se, de um modo geral, a criação dos animais domésticos fez-se de um modo útil ao desenvolvimento de cada espécie. Até os nossos dias, devemos dizê-lo, o homem civilizado só domesti-

cou o animal em seu benefício egoísta; só viu nele as qualidades ou os produtos que podem ser de alguma utilidade para sua própria pessoa, para sua fortuna ou sua raça. Assim como ele matava o homem inimigo, assim também se livrava do animal incômodo; como tinha o costume de subjugar o semelhante cujo trabalho podia beneficiar-lhe, carregava o animal dócil com o seu fardo fazendo-lhe realizar seu trabalho. Dirigido por essa moral puramente pessoal, o adestrador do animal domado, depois domesticado, bem amiúde reduziu-o, enfraqueceu-o, enfeou-o, aviltou-o fisicamente, tornou-o, inclusive, completamente impróprio a manter-se por suas forças físicas isoladas em sua luta pela sobrevivência; ele o prepara para uma vida das quais todas as condições são artificiais; basta lembrarmos do ignóbil espetáculo dessas massas de carne que mal conseguem movimentar-se, que são os porcos premiados nos concursos agrícolas.

A ação do homem sobre o animal poderia ser muito mais profunda se ela produzisse-se não para tornar o animal mais útil ao homem, mas para tornar o animal mais útil a si próprio, fazendo-o mais belo, mais forte, mais inteligente. Sem o socorro do homem, o porco, o carneiro, as aves de capoeira logo teriam desaparecido do mundo moderno; os bois estariam em perigo de rápida extinção; os cães e os gatos não tornariam à vida dos ancestrais senão depois de terem perdido pela fome mais da metade de sua raça<sup>31</sup>;

---

<sup>31</sup> W. J. Mac Gee, *The Earth, the Home of Man*, p. 22.



provavelmente o mesmo aconteceria com o cavalo. Mas se a maioria dos animais foi tornada menos apta ao combate para a vida material, se até mesmo diversas espécies, aquelas que são criadas só para o consumo da carne ou para a extração da lã, como os bois e os carneiros, foram embrutecidas, reduzidas a simples massas ambulantes, também há animais que se associaram tão bem ao homem, intelectual e moralmente, que não se pode doravante separá-los: fez-se a aliança de uma maneira absolutamente íntima entre nós e as raças humanizadas; constituímos um grande todo pertencendo ao mesmo conjunto da civilização.

A história da flora em suas formas de iniciação pelo homem desenvolveu-se paralelamente à história da fauna. Também há espécies que, em suas diversas variedades, pertencem tão bem ao campo, ao jardim, à platibanda da cabana, que não podemos imaginá-las sem a vizinhança imediata dos trabalhadores que as semeiam, plantam-nas, cuidam delas, regam-nas, cuidam de sua manutenção cotidiana. Como imaginar as famílias no estado normal do bem-estar sem o pão caseiro, sem os legumes verdes e secos, sem as ervas finas e a salada, sem os saborosos frutos da vinha e do pomar?

O homem nem sempre permaneceu fiel às plantas que alimentavam seus ancestrais. Segundo Homero, parece que os lotófagos da costa de Syrte e da ilha que se tornou atualmente Djerba tinham a baga do *ramnus lotus* ou *ziziphus lotus* como o elemento

mais precioso de sua alimentação, e atribuíam-lhe virtudes soberanas, enquanto hoje é no máximo uma oportunidade de coleta para o pastor desocupado. E do outro lado do mundo, não tivemos toda uma literatura para celebrar a glória do *soma*, a bebida divina da qual inebriava-se Indra, e que hoje só é conhecida, sob forma de péssima cerveja, por tribos obscuras dos vales afegãos? Pode-se considerar em certa medida a marcha da civilização como a substituição gradual de um pão grosseiro por um pão mais substancial e mais vivificante. Os farelos deixados nas grutas pré-históricas, comparados àqueles atualmente encontrados em nossos celeiros, mostram os imensos progressos realizados sob esse aspecto. Podemos constatar, durante a geração contemporânea, o grande desenvolvimento que não cessou de adquirir o generoso trigo candial. E quantas transformações prepararam-se no mesmo sentido, graças aos adubos químicos, graças ao conhecimento e ao método! A grande conquista agrícola que se prepara não é a cultura dos micróbios fabricantes de compostos nítricos assimiláveis pelas plantas e, em consequência, criadores de espécies mais ricas e mais nutritivas? O gênio do homem tem por ambição domesticar em seu benefício as inumeráveis multidões dos infinitamente pequenos<sup>32</sup>.

E todos os progressos que foram feitos nos últimos cem anos na ciência da vida, animais e plantas,

---

<sup>32</sup> E. Duclaux, *Traité de Microbiologie*.

foram ao mesmo tempo um crescimento do poder humano na transformação, na educação das espécies, na compreensão de todo o conjunto harmônico das coisas. Os verdadeiros predecessores de Darwin, aqueles que fizeram sua educação e que se deveria considerar como os autores da doutrina da evolução, são os criadores e os jardineiros que, por suas engenhosas pesquisas, souberam fazer desabrochar tão belas rosas, desenvolver tão maravilhosos crisântemos, embelezar tão surpreendentemente as espécies de nossos companheiros domésticos<sup>33</sup>. Todo ano vemos os milagres crescerem. Os horticultores, devotados ao mundo das plantas que eles desenvolvem em torno deles, ficam encantados ao verem o quanto os resultados ultrapassam suas penas. "É precisamente o contrário do que dizem os indiferentes e os noviços. Eles pensam que o jardineiro verá desaparecer o resultado de seu trabalho com a mudança das estações, ao passo que, de ano a ano, ampliam o esplendor e a variedade das riquezas florais, graças a um pouco de prática das leis da vida"<sup>34</sup>.

As imensas conquistas do homem, obtidas pela melhoria das espécies, são igualmente ampliadas em número: elas tiveram tanta importância do ponto de vista extensivo quanto do ponto de vista intensivo. As novas necessidades da indústria utilizam espécies

<sup>33</sup> Patrick Geddes, *Education for Economics and Citizenship*, p. 27.

<sup>34</sup> Alfred Dumesnil, *Libre*.

das quais não se conhecia o valor de outrora, e todo o equilíbrio econômico das migrações encontra-se mudado pela necessidade de encontrar tais ou quais produtos em lugares muito distantes dos centros de cultura. Assim, a descoberta do Novo Mundo foi, pouco tempo atrás, seguida pelo deslocamento das indústrias coloniais, cultura de cana-de-açúcar, do café, da banana, e foi a essa extensão dos campos de cultura para além dos mares que se deveram os enormes movimentos de população de um continente para o outro e os problemas, tão temíveis, das condições do trabalho. Uma nova revolução produziu-se quando as matérias elásticas e impermeáveis, a guta-percha e o cautchu, adquiriram um valor de primeira ordem na indústria moderna. Em certos países, como na ilha de Sumatra, destruiu-se brutalmente pela derrubada das árvores a fonte de riquezas, enquanto alhures pôde-se conservá-la pelo reflorestamento dos terrenos produtivos ou porque se teve a sorte, como no Congo e nas imensas selvas da Amazônia, de encontrar elementos de produção natural de uma abundância ainda superior às crescentes necessidades. Em consequência dessa exploração dos *caucheiros*, estabeleceu-se um movimento contínuo de migração entre o estado do Ceará e as florestas do interior brasileiro; formam-se colônias temporárias aqui e acolá no meio das solidões, e o equilíbrio das repúblicas americanas desloca-se forçosamente. É a “questão do cautchu” que fez surgir a pequena comunidade política do Acre e ameaçou provocar a guerra entre os dois Estados vi-



zinhos, Brasil e Bolívia: um deslocamento das fronteiras, naturalmente em proveito da potência mais bem armada, foi o resultado dessas discussões que, além do mais, provocarão a abertura de novas estradas através da floresta pré-andina. E que papel desempenha nas relações internacionais o “cautchu vermelho” — vermelho do sangue do indígena — indispondo a Bélgica, associada malgrado ela à política do Estado independente do Congo, com a Inglaterra.

Uma outra essência, que dá origem a um pequeno movimento de negócios, mas que, no entanto, tem também uma influência considerável nos mercados do mundo, a *chinchona*, apresenta esse estranho fenômeno do completo deslocamento da indústria. A *cascarilha*, a casca do Peru, já não vem mais para a Europa pela região dos Andes. A incúria dos indígenas foi devidamente punida: tendo matado todas as árvores que lhes forneciam o precioso remédio, eles nada mais têm a expedir doravante, e, quando eles próprios estão doentes, são obrigados a dirigir-se aos hospitais da Europa, que se aprovisionam de quinina em diversas regiões não-americanas, mas sobretudo em Java. Foi em 1832 que essa ilha recebeu as primeiras plantas da espécie tão insuficientemente cuidada em seu país de origem. Poucos anos depois, o inglês Markham conseguiu, por engenhosos subterfúgios, dotar a Índia e o Ceilão da planta peruana, e, enquanto esta desaparecia na mãe-pátria, multiplicava-se nos jardins estrangeiros. No começo deste século, contam-se aproximadamente cem milhões de

árvores em questão, mas é Java que fornece ao mundo medical a melhor parte da colheita<sup>35</sup>.

Até 1868, o chá vendido na Grã-Bretanha provinha quase exclusivamente da China; o chá indiano, que havia feito sua primeira aparição no mercado de Londres em 1845, representava em 1882 um terço do consumo inglês. O cafeeiro, cuja folha era atacada por um fungo especial, *Hemeleia vastatrix*, desapareceu do Ceilão, e foi ali substituído pelo chá. De 1895 a 1905, a exportação dos países produtores para a Inglaterra repartiu-se assim: Ceilão 35%, Índia (em primeiro lugar, a província de Assam) 60%, China 5%. A proveniência do café consumido na Europa deslocou-se muito, igualmente, desde os últimos cinquenta anos.

A cultura do algodão também é ocasião de inúmeras tentativas. Desde 1840, os Estados Unidos enviam ao mercado europeu, e com a única intermissão proveniente da guerra de Secessão, mais da metade do algodão que é ali consumido; no início do século XX, a América do Norte participa com mais de três quartos da produção mundial. As tentativas que os capitalistas da Europa fazem para estremecer a onipotência do sindicato dos plantadores dos estados do sul, da Carolina ao Texas, ainda não alcançaram resultados bem marcantes.

Assim, a destruição de um lado, a reestruturação do outro produzem-se na superfície da Terra, sob

---

<sup>35</sup> Flahaut, *Géographie*, 15 de março de 1904.

a influência das paixões e das inteligências em conflito. Os coletores de orquídeas percorrem as flores-tas da Colômbia e do Brasil não só para encontrar para seu benefício exemplares raros, mas para destruir, em prejuízo de seus rivais, as flores preciosas que não podem levar. Quanto aos honestos agricultores, eles suprimem as espécies às centenas, talvez aos milhares, e por causa de uniformidade, regularidade, método obrigatório nas culturas. A lavoura e a terra inculta são forçosamente inimigas. A flora das landas, aquela dos brejos, desaparecem nos campos onde se move a charrua. Em Chamblandes, próximo a Lausanne, sete espécies de plantas não reapareceram depois do arroteamento. Pela mesma razão, as antigas terras pantanosas da Prússia oriental não têm mais nem a *trapa natans*, nem a *betula nana*, nem outras plantas, recentemente muito comuns. Conwentz propõe conservar aqui e acolá alguns hectares de brejo que serviriam de museus botânicos aos estudantes dos arredores<sup>36</sup>.

No conjunto, os homens trabalharam sem método no ordenamento da Terra. Eles sabiam muito bem que parte do solo convinha às suas culturas e escolhiam-na judiciosamente, mas com que barbárie procediam à preparação do terreno! Ainda hoje, nos Estados Unidos, no Canadá, no Brasil, pioneiros da agricultura começam sua obra de enriquecimento da terra pela destruição da floresta virgem. Eles aguar-

---

<sup>36</sup> *Globus*, 9 de janeiro de 1902, p. 36.

dam a estação favorável da seca para atear fogo na mata, e vê-se o incêndio propagar-se pavorosamente de uma margem a outra, ou, então, entre duas montanhas, queimando ao mesmo tempo os animais, enegrecendo o céu com sua fumaça, liberando ao vento cinzas que se espalham a centenas de quilômetros. Tudo é devastado sobre a terra fuliginosa; só alguns enormes troncos resistem às chamas, erguendo-se em troncos desiguais e calcinados acima do solo acumulado de carvão. Alguns anos de espera e essa mata de corte estupidamente carbonizada teria adquirido um valor extremo em madeirame e na marcenaria! Eles teriam sobretudo conservado sua parte na salubridade geral da Terra e de suas espécies, pois, na distribuição das formas geográficas, a floresta tem seu papel essencial, depois das extensões oceânicas e da arquitetura dos platôs e dos montes.

É principalmente do ponto de vista do clima que as florestas foram mal geridas, ou melhor, abandonadas ao acaso. Entretanto, a Terra deveria ser cuidada como um grande corpo, cuja respiração realizada pelas florestas regular-se-ia em conformidade com um método científico; ela tem seus pulmões que os homens deveriam respeitar porquanto sua própria saúde depende deles.

É certo que, durante esses últimos séculos, a superfície das florestas, atacada pela agricultura e sobretudo pelos arroteamentos sem método, pelas transformações em pasto, diminuiu em milhões e milhões de hectares. Não apenas as florestas diminuíram con-



sideravelmente como também as que subsistem são menos belas, menos ricas em porte, e os pinheiros, os abetos rígidos de escuro verdor, substituíram ali, em muitos lugares, as árvores frondosas. Estudando a nomenclatura geográfica da Alemanha, von Berg constatou, em 1871, que, em um conjunto de 6.905 nomes de lugares, devidos à vegetação florestal, 6.115 reportam-se às árvores frondosas, mesmo em regiões onde essas árvores já não existem hoje ou, ao menos, não têm nenhuma importância em comparação com as coníferas. Por volta do ano de 1300, Hanôver, Holstein, Westfália do norte não tinham florestas de pinheiros, espécie que invadiu essas regiões desde o século XIX. As coníferas avançaram gradualmente do leste para o oeste, da Eslávia para a Alemanha, porque elas são de um crescimento mais rápido e contentam-se com um solo menos rico. Mas são árvores de forma rudimentar, muito menos rica e variada do que aquela das árvores frondosas, e os progressos da silvicultura consistem em devolver-nos as florestas de outrora<sup>37</sup>.

É, pois, o acaso que hoje nos governa. A humanidade ainda não fez o inventário de suas riquezas e decidiu de que maneira deve distribuí-las para que sejam repartidas da melhor forma para a beleza, a rentabilidade, a saúde dos homens. A ciência ainda não interveio para estabelecer em linhas gerais as partes

---

<sup>37</sup> Hans Hausrath, *Geographische Zeitschrift*, 1901; *Globus*, 6 de março de 1902.

da superfície terrestre que convêm à manutenção do aspecto primitivo e aquelas que se deve utilizar de outra maneira, seja para a produção de alimentos, seja para outros elementos do patrimônio público. E como poder-se-ia pedir à sociedade para aplicar assim os ensinamentos da estatística, quando, ante o proprietário isolado, ante o indivíduo que tem o "direito de usar e abusar", ela declara-se impotente?

Um fato capital domina toda a civilização moderna: o fato de que a propriedade de um único pode crescer indefinidamente, e, inclusive, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro. O poder dos reis e dos imperadores é limitado, aquele da riqueza não o é absolutamente. O dólar é o senhor dos senhores: é por seu valor, antes de qualquer outra razão, que os homens estão diversamente repartidos sobre a superfície da terra, distribuídos aqui e acolá nas cidades e nos campos, nas oficinas e nas fábricas, conduzidos de trabalho em trabalho, como o seixo de praia em praia.

O tipo essencial do civilizado da Europa, ou melhor, do norte-americano, é educar-se para o ganho, com vistas a comandar os outros homens pela onipotência do dinheiro. Seu poder cresce em proporção exata de seus haveres. Tal é atualmente a lei universal reconhecida, não apenas nos países de cultura européia, mas também nas regiões da Ásia que se desenvolveram na direção do mundo ideal econômico, e em todas as outras partes do mundo, levadas pelo

exemplo da Europa e por sua onipotente vontade. As antigas formas de propriedade, que reconheciam a cada habitante da comuna a igualdade dos direitos à fruição da terra, da água, do ar e do fogo, não são mais do que antigas sobrevivências em vias de rápido desaparecimento.

Lá onde a tribo era pouco numerosa, enquanto o solo, em proporção, era ilimitado, por assim dizer, ninguém pensava em apropriar-se de um lote de terra para culturas particulares. Havia superabundância de solo produtivo: cada um pegava o que queria, assim como cada um respirava à vontade e aquecia-se ao sol quando sentia frio. Ainda no século XII, enquanto os habitantes do Jura estavam muito dispersos, era de direito público que um indivíduo que arroteasse um terreno tornava-se seu proprietário<sup>38</sup>. O princípio é universalmente reconhecido na Índia e em todo o Oriente, segundo o qual se adquire o uso legítimo da terra ao vivificá-la, isto é, cultivando-a com seus braços. Mas a cultura uma vez interrompida e a terra voltando a ficar inculta, qualquer recém-chegado pode permitir-se, após um lapso de três ou cinco anos, proceder a uma nova apropriação do solo por seu trabalho<sup>39</sup>.

Em certas partes da China, em Sichuan, por exemplo, os camponeses ficam à espreita, às margens do Yang-tsé-kiang; assim que as águas do rio baixam, re-

<sup>38</sup> Edouard Girod, *Ville de Pontarlier*, p. 189.

<sup>39</sup> Maxime Kovalevsky, *Le passage historique de la propriété collective à la propriété individuelle*.

velando ilhas e porções de terra na margem, surgem culturas como por encanto e choupanas de bambu aparecem sobre o solo que acabara de secar. A opinião pública e, por uma conseqüência natural, a lei, vigiando invejosamente o agricultor que não aprecia com bastante solicitude a terra que ele tem a oportunidade de possuir, pune o abandono das culturas com o confisco; paga-se a cultura ruim com golpes de bambu; deixar de produzir o grão nutritivo que a terra consentiria dar é um crime contra todos.

À forma primeva da apropriação — pois a terra que se cultiva, reconhecendo que não mais se terá o direito de dizê-la sua quando se cessar de fecundar o solo pelo trabalho, ainda não é absolutamente uma propriedade —, a essa forma primeva sucede a propriedade coletiva. Já é uma limitação do direito primitivo de lavoura pertencendo a todos. Compreende-se, com efeito, que os habitantes de um distrito vejam com desprazer vizinhos — que, eles também, têm seus campos, suas lavouras, prados e florestas, — usurparem o território que, em conseqüência do longo costume, estavam acostumados a chamarem de “seu”. Estabeleceu-se pouco a pouco, pela força das coisas, uma distribuição das terras entre as comunidades ou grupos de aldeões ou de famílias, análoga à parte de atividade que se reparte fisiologicamente entre as células. É um fato, recentemente trazido à luz pelos historiadores economistas, que a propriedade comum foi outrora o regime dominante entre as sociedades. Por sinal, há razão para surpreender-se que tenha sido



preciso, por assim dizer, “descobrir” esse antigo estado de coisas, quando ainda se pode constatar em todos os países a sua duração persistente ou, ao menos, seus inúmeros vestígios? É que os homens de estudo só viam as instituições através dos livros, servindo-se dos preceitos do direito romano. Todos ignoravam as leis mais evidentes da própria sociedade da qual faziam parte. Assim, o polonês Lelewel teria sido o primeiro, em 1828, a assinalar a existência das propriedades comunitárias, e a obra alemã de Haxthausen, que atraiu a atenção dos estudiosos para essa forma da exploração do solo em comum, só apareceu no ano de 1847. Foi preciso esperar 1883 antes que um escritor da Transilvânia, Teutsch, demonstrasse que comunidades desse tipo existiam nas regiões “saxãs” dos Cárpatos<sup>40</sup>.

E agora é um fato de conhecimento banal — abundam documentos sobre isso — que os vilarejos de toda a planície magiar e as montanhas circundantes eram cercados de uma lavoura comum ou “lavoura de partilha”, também chamada de “lavoura da flecha” porque o acaso manifestava-se temporariamente para os copartícipes pelo disparo de uma flecha. No século XIII, a comunidade das terras era geral em todo o território que hoje constitui a Hungria, e os vilarejos deslocavam-se com seus habitantes quando as terras em cultura haviam perdido sua força

---

<sup>40</sup> Karl Taganyi, *Geschichte der Feldgemeinschaft in Ungarn*, *Ungarische Revue*, 1895, p. 103.

produtiva e era necessário buscar terras virgens ou renovadas pelos alqueives. Ora, os escravos, que haviam precedido os magiares nessas regiões, praticavam o mesmo regime comunitário<sup>41</sup>, e, antes deles, os outros residentes da região, os veteranos romanos e os getas haviam seguido o mesmo modo de cultura. Assim, desde os começos da história escrita da Danúbia, a terra permanecera comum, e até o transcurso deste século, encontramos vestígios desse antigo estado de coisas. Assim, segundo Taganyi, a propriedade pessoal só existe no campo transilvano de Felvinc, margeado pelo rio Maros, a partir de 1845. Da simples comunidade primeva ao atual regime da propriedade privada, a transição fez-se gradualmente pelo efeito das partilhas desiguais: os magiares recebendo uma parte bem maior do que os escravos ou romenos; os nobres e os funcionários beneficiavam-se igualmente, em seguida conseguindo atribuir-se definitivamente seus lotes, aumentados de partilha em partilha.

Antes que a influência do direito romano fizesse-se sentir nas sociedades modernas, a antiga propriedade coletiva teve diversas formas, dependentes dos meios e dos tempos. Assim, a Rússia, que merece uma atenção bem particular do ponto de vista do regime dominial, porquanto ainda está no período de transição entre a propriedade coletiva e a propriedade privada, teve certamente uma forma de organização muito diferente anteriormente à servidão e

---

<sup>41</sup> Maxime Kovalevsky, *Pervobytnoe Pravo*, pp. 1-89.

à mão-morta, há três séculos. Naquela época, com efeito, não se encontra nenhum vestígio da partilha periódica das terras, como no mir atual, o que permitiu a Tchicherin e Fustel de Coulanges aventarem a hipótese de que a própria propriedade coletiva havia sido de criação senhorial, os proprietários fundiários tendo achado bom igualar as partes de seus camponeses por uma repartição periódica a fim de melhor assegurar seus rendimentos anuais. Mas essa hipótese foi derrubada pela descoberta de que, antes do tempo da repartição periódica, as terras para o cultivo eram assaz vastas para que cada família de camponeses apoderasse-se da quantidade de terreno da qual poderia necessitar; ela mesma, segundo um antigo ditado, limitava seu domínio pela charrua, pela foice e pelo machado nas terras de lavoura, nos prados e nas florestas. Quando as terras esgotavam-se, a família buscava outras mais favoráveis.

Ainda durante o século XIX, esse regime primitivo da livre posse do solo pelos membros de uma mesma comuna manteve-se na Rússia: ainda em 1875, um território dos cossacos do Don, formando apenas uma única comuna, mas compreendendo 74 *stanitz*, ou grandes vilarejos, encontrava-se em estado completamente indiviso: cada família podia apropriar-se todos os anos de uma extensão de terra mais ou menos grande que lhe permanecia alocada pelo tempo que ela a mantivesse em cultura. O crescimento da população força os habitantes a recorrerem à partilha proporcionalmente ao número das "almas", por vila-

rejo; em toda a parte os campos aráveis foram loteados, mas não os prados; em vários *stanitz* eles permanecem indivisos, a ceifa faz-se em comum e reparte-se a produção.

Compreende-se como a primeira partilha da propriedade comunal em lotes familiares é de hábito seguida periodicamente por novos loteamentos. A igualdade inicial tendo sido gradualmente rompida entre as famílias copartícipes, estabelece-se uma luta entre aquelas que são mais favorecidas e aquelas que se encontram menos bem partilhadas; a ruptura do equilíbrio aumenta cada vez mais e, enfim, os descontentes fazem a comuna proceder a uma nova divisão, a menos que os interesses dos mais ricos, apoiados pelo governo, acabem por prevalecer: neste caso, as partilhas, tornando-se gradualmente menos freqüentes, são ao final triunfalmente descartadas pelos proprietários privilegiados, e o regime da propriedade privada estabelece-se. É a evolução que, depois de ter-se realizado nos séculos precedentes entre os povos da Europa ocidental, realiza-se agora no Pendjab e em diversas regiões da Rússia<sup>42</sup>.

Ao final do século XIX, a Pequena Rússia, cujas terras férteis são procuradas com cobiça, passou ao regime individualista para um pouco mais de um terço de sua superfície, enquanto a Grande Rússia, país mais

---

<sup>42</sup> Maxime Kovalevsky, *Le Passage historique de la propriété collective à la propriété individuelle*, *Annales de l'Institut International de Sociologie*.



fecundo, ainda é quase inteiramente fiel ao mir com partilhas periódicas<sup>43</sup>.

Na ilha de Java prossegue uma evolução análoga àquela da Rússia. A propriedade individual ultrapassa agora em extensão a propriedade coletiva. As partes fixas do solo tornaram-se a regra em 13.201 dos 23.473 vilarejos cujos arrozais, terrenos vagos e florestas pertenciam a todos os comuneiros<sup>44</sup>.

Todavia, em Java bem como na Rússia, as partes não se "fixam" e as propriedades privadas não se constituem apenas em proveito dos agricultores: os chineses, os árabes, os europeus são os principais compradores do solo, que não é por eles próprios cultivado. Na Índia, constata-se uma idêntica evolução. Na Ásia, assim como na Europa, viu-se a mesma transição econômica da propriedade comum de partilha periódica, e desta à propriedade privada. Seja em Bengala, seja na Escandinávia, no Himalaia ou nos Alpes, assistimos a transformações análogas, muito mais comuns do que geralmente se crê. Na Inglaterra, era algo habitual, ainda no século XV, praticar as partilhas sucessivas da propriedade coletiva entre comuneiros: costume conhecido sob o nome de *running* ou "dança em círculo". Bem mais, ainda existe na Grã-Bretanha prados ditos *lammas* segundo o nome inglês do 1º de agosto, que são alternativamente pro-

---

<sup>43</sup> Turner, *Wiestnik Europy*, maio de 1895, p. 49, citado por Kovalevsky.

<sup>44</sup> Rienzi van Kol, *La Propriété foncière à Java*.

priedades privadas até a primeira ceifa do feno, depois propriedades coletivas durante o outono e o inverno, até 25 de março<sup>45</sup>.

Na Suíça, observa-se toda a série das transformações possíveis entre a antiga forma de propriedade comunal e a propriedade estritamente pessoal. Em muitos vilarejos, os terrenos da comuna são transformados em bens da comuna para serem arrendados por longo período em benefício fiscal da municipalidade. Alhures, como em Gandria, no cantão do Tessino, eles pertencem não ao conjunto dos comuneiros, mas a um número limitado de famílias que, às vezes, são substituídas por outras, em virtude de tal ou qual nova circunstância. No cantão de Vaud, ao final do século XIX, só existiam 202 comunas tendo ainda bens pertencentes a todos<sup>46</sup>. No Valais, onde as montanhas são mais altas e seria difícil partilhar os pastos superiores para transformá-los em parcelas privadas, a propriedade comunitária manteve-se, ao menos nas partes mais elevadas, e todos os trabalhos que ali se fazem devem servir em benefício comum. Notadamente a distribuição normal das águas foi bem compreendida e praticada pelos comuneiros, e continua como outrora, mesmo lá onde prados irrigados das encostas médias e inferiores foram adquiridas por particulares. Os valaisianos captam na saída das altas

---

<sup>45</sup> Thorold Rodgers, *Interprétation économique de l'Histoire*.

<sup>46</sup> Maxime Kovalevsky, *Geschichte der Zerstückelung im Kanton Waadt*.

fontes ou dos glaciares os violentos riachos, as águas selvagens que descem saltando entre os rochedos, e direcionam-nas à direita e à esquerda sobre as encostas opostas dos vales: essas fossas, ou *bisses*<sup>47</sup>, desenvolvendo-se paralelamente em torno da montanha, foram traçadas segundo as curvas de nível por impeccáveis geômetras. O trabalho, que, sem dúvida, emprega longos séculos para fazer-se em seu conjunto, e cuja manutenção e reparações representam a cada ano uma soma de labor considerável, permite aos habitantes das montanhas regular a irrigação de todas as encostas e contar anualmente com abundantes colheitas: os *bisses* são as riquezas do país. Assim, os valaisianos têm um grande respeito por essa obra sem a qual as águas perder-se-iam inutilmente; outrora, eles inclusive lhes testemunhavam uma espécie de culto. O cume da montanha onde dois *bisses*, vindos de vales diferentes, juntavam suas águas e dividiam-se em ramos secundários, era um local sagrado; era lá que se reunia o tribunal de justiça, e, por sinal, os conflitos que podiam ocorrer, eram em sua grande maioria causados pelos milhares de acidentes da rede de irrigação, e a questão devia ser estudada e julgada *in situ*. No antigo dialeto germânico de Alto Valais, os *bisses* eram chamados de *suonen*, palavra derivada de *suon*, “juiz” ou “árbitro”<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> Termo suíço que significa longos canais de irrigação conduzindo água das montanhas aos terrenos cultivados no sopé. (N.T.)

<sup>48</sup> Daniel Baud Bevy, *À travers les Alpes*, p. 19.

Assim como observa um historiador, seria tão verdadeiro falar da morte natural dos soldados mortos em um campo de batalha quanto atribuir a uma evolução normal, voluntária, por parte dos nativos, a extinção das comunidades de vilarejo<sup>49</sup>. É verdade, elas realmente se extinguíram em quase todas as regiões da Europa ocidental, mas porque os decretos, os regulamentos, a força brutal, suprimiram-nas. O valor da terra tendo aumentado, os açambarcadores do solo, senhores ou negociantes, só tiveram de apoiar-se nas leis que eles próprios ditavam ao Estado para anexar gradualmente a seus domínios a melhor parte das comunas, e aproveitavam-se delas ao mesmo tempo para destruir até os últimos vestígios da autonomia local. A época da Reforma, sobretudo, em meados do século XVI, foi marcada por essa grande revolução econômica da expropriação efetiva dos camponeses na Suíça, na Alemanha, na Inglaterra. Neste último país já começou, por uma mesma evolução, a transformação das terras de cultura em pastos. Os feudos da Igreja tendo sido distribuídos aos nobres por Henrique VIII, os novos cessionários haviam-se servido de seu direito legal para expulsar todos os aldeões que lhes pareciam inúteis e substituí-los por rebanhos. Revoltas, pilhagens foram a consequência disso, mas o Estado havia mantido a "ordem" por massacres. A operação foi repetida diversas vezes, e notadamente no século XIX, de 1810 a 1820, no norte da Escócia: milhares

---

<sup>49</sup> Piotr Kropotkin, *O Apoio Mútuo*.



de camponeses foram expulsos da terra que cultivavam e substituídos pelo carneiro e pelo cervo<sup>50</sup>.

Nenhuma autoridade procedeu de maneira mais categórica contra a propriedade coletiva do que a Convenção. Ela aplicou o princípio que a monarquia absoluta conseguiu dar-se como objetivo: não permitir a existência de nenhum interesse intermediário entre aqueles da nação e os do indivíduo. O Estado, uno e indivisível, reinando sobre uma poeira de particulares, eis o ideal. O departamento, o distrito, o cantão, a comuna deviam ser apenas expressões administrativas, e era preciso que a Lei zelasse para destruir todos os antigos laços entre as unidades formando um mesmo agrupamento. Assim, a Convenção decretou a venda de todas as terras comunais: todavia, sua existência foi demasiado curta para que conseguisse seu objetivo em toda parte. Lá onde condições geográficas favoreciam os domínios coletivos, eles persistiram até hoje.

De fato, não há um único país da Europa onde as tradições da antiga propriedade comunitária desapareceram por completo; em certas regiões, notadamente nas Ardenas e nas partes escarpadas da Suíça, onde os camponeses não tiveram de sofrer um esmagamento semelhante àquele que golpeou os aldeões alemães após as guerras da Reforma, as propriedades comuns são ainda bastante extensas para constituir uma parte considerável do território.

---

<sup>50</sup> Ver detalhes em *The Scottish Geographical Magazine*, novembro de 1902.

Nas Ardenas belgas, o território coletivo comporta três partes: o *bosque*, o *sart* e o *pasto*, às quais somam-se amiúde a terra arável e as pedreiras. Os bosques, que formam a maior parte da propriedade, são divididos em um certo número de cortes, vinte a vinte e dois em geral. Todos os anos um corte é dividido por sorteio entre os diferentes anciãos da comuna; a casca dos carvalhos tendo sido previamente retirada em benefício da caixa comunal. Para o trabalho de corte das árvores altas, as famílias repartem-se em grupos de cinco, e, nestes, cada uma delas, alternadamente, encarrega-se do corte, da esquadria, do transporte. Após o corte, cada um procede ao *essartage*<sup>51</sup> da porção de terreno que lhe adveio, e semeia o centeio que colhe no ano seguinte. Dois anos e meio após a colheita do centeio, os habitantes partilham as giestas que cresceram nos *sarts*, e, em seguida, o corte que já readquiriu um certo desenvolvimento, é deixado à própria sorte até que recomecem as mesmas operações. O pasto faz-se sem organização especial e em comum nos terrenos incultos, nos bosques de árvores altas e na mata, seis ou sete anos após o corte; as pedras são extraídas livremente das pedreiras, salvo comunicado prévio.

Esses costumes influem manifestamente no caráter moral dos indivíduos e desenvolvem enormemente o espírito de solidariedade, compaixão mútua e afabilidade cordial; assim, é costume praticar as

<sup>51</sup> Arroteamento por fogo ou por retirada das raízes. (N.T.)

corvéias voluntárias em proveito daqueles que dela necessitam: basta que estes anunciem sua solicitação *incomodando* através da aldeia, e clamando: "Fulano necessita de tal serviço! Quem pode encarregar-se disso?" Imediatamente várias pessoas estão lá entrando em acordo para ver quem poderá empreender o trabalho com mais facilidade, e o serviço é prestado<sup>52</sup>. Tais relatos também nos vêm de Queyras<sup>53</sup>.

Na Suíça inteira, os dois terços dos prados alpinos e das florestas pertencem às comunas, e estas possuem, além disso, turfeiras, terrenos de fragmites e pedreiras bem como lavouras, pomares, vinhedos. Em muitas ocasiões, os co-proprietários da comuna têm de trabalhar juntos de maneira a crer-se mais numa festa do que no trabalho árduo. São homens e mulheres jovens que sobem ao pasto de alta montanha tocando à sua frente rebanhos soando seus harmoniosos chocalhos. Outras vezes, o trabalho é mais árduo: os lenhadores armados de machados vão derrubar os altos pinheiros na floresta comunal, quando a neve ainda recobre o solo; eles descascam as toras e fazem-nas deslizar nos corredores das avalanches até os cursos de água que as carregará em seus meandros e suas escapadas.

E nas noites de inverno, durante as quais todos são convocados, ora na casa de um, ora na casa do outro, segundo a urgência do trabalho, seja para de-

<sup>52</sup> Paul Gille, *Société Nouvelle*, março de 1888.

<sup>53</sup> Briot, *Études sur l'Économie alpestre*.

bulhar o milho, seja para quebrar nozes, ou então para trabalhar na corbelha de uma noiva: nessas reuniões, o trabalho é uma alegria e as crianças querem tomar parte; é que, para elas, tudo nisso é novidade: em vez de irem dormir, fazem vigília com os adultos; sob as cinzas quentes, assam as castanhas das quais as melhores serão para elas; na hora dos sonhos, ouvirão canções, contar-lhes-ão histórias, aventuras, fábulas que sua imaginação transforma em aparições maravilhosas. É em tais noites de graça comum que amiúde se orienta, de uma maneira definitiva, a existência da criança; é lá que nascem os amores e suavizam-se as amarguras da vida.

Assim, o espírito de plena associação não desapareceu absolutamente nas comunas, malgrado todo o malquerer dos ricos particulares e do Estado que têm todo o interesse em romper o feixe das resistências à sua avidez ou ao seu poder, e que buscam ter diante de si só indivíduos isolados. Mesmo o apoio mútuo tradicional manifesta-se entre pessoas de línguas e de nações diferentes: é costume, na Suíça, trocar as crianças de família a família entre os cantões alemães e os cantões franceses; do mesmo modo, os camponeses bearneses enviam seus filhos à região basca, acolhendo, por sua vez, jovens euscaros como peões, de sorte que, uns e outros, logo possam conhecer as duas línguas sem que os pais tivessem aumentado as despesas. Enfim, em todos os tempos, existiu entre carvoeiros e carvoeiros, caçadores e caçadores, marinheiros e marinheiros, de uma maneira geral entre



todos os indivíduos de um mesmo ofício tendo interesses comuns, confraternidades virtuais, sem constituições escritas nem assinaturas, mas formando, apesar de tudo, pequenas repúblicas estreitamente ligadas. Pelo mundo inteiro, os forâneos, que o acaso das viagens faz com que se encontrem, estão ligados em uma espécie de maçonaria bem mais séria do que aquela dos "irmãos" reunidos nos templos de Hiram.

Naturalmente, todo homem tornado senhor de seus semelhantes pela guerra, pela conquista, pela usura, ou por todo outro meio, constituía, por isso mesmo, a propriedade privada em seu benefício, porquanto, apropriando-se do homem, ele apoderava-se igualmente de seu trabalho e do produto de seu esforço, enfim, da própria parte do solo comum onde o escravo havia feito nascer a colheita. O rei, em qualquer lugar da terra que houvesse súditos, e qualquer que fosse a tenacidade do povo pela manutenção das tradições antigas, encontrava-se sempre, em virtude mesmo de seu poder, conduzido à satisfação de seu capricho: apoderava-se dos homens, apoderava-se da terra, e distribuía o todo segundo sua fantasia. As formas de agradecimento, as homenagens de vassalidade, as condições de concessão de feudos variavam segundo os países e os tempos, mas o fato essencial é que a propriedade cessava de ser assegurada àquele que trabalhava, para ser atribuída àquele que não sabia manejar a pá nem conduzir a charrua.

O antigo regime feudal, segundo o qual uma província continental ou uma ilha, outrora dada pela co-

roa, permanece século após século, e quase sem mudança, em uma única família, manteve-se até os nossos dias. Na América, ainda se vê exemplos típicos disso, não modificados desde a época da doação. Assim, a ilha de Anticosti, a antiga Naticosteh dos indígenas, pertence a um único indivíduo. Conquanto pareça insignificante em nossos mapas, em plena foz do São Lourenço, a ilha tem nada menos que uma superfície de 628.000 hectares, e é só um pouco inferior à Córsega; em sua vertente sul, voltada para o sol, encontram-se elementos cultiváveis. Sem dúvida, florestas de árvores baixas, entremesclando suas ramagens de maneira a formar uma espécie de feltro, e vastas turfeiras, não constituem uma riqueza muito apreciada, mas os animais de peles cobiçadas e os milhares de ursos negros, vindos sem dúvida no inverno sobre o gelo contínuo do estuário, poderiam ter atraído os caçadores e explorado essa ilha, ainda que fosse para saber se ela encerra tesouros de minérios em suas rochas silurianas. Mas Anticosti, concedida em 1680 a Jolliet, permaneceu sempre propriedade de um único, e os raros habitantes ali tolerados, atualmente em número de cinco centenas, são pescadores ou caçadores, ou empregados, guardas de farol ou de salvamento. Muito freqüentemente os naufragos que conseguem chegar nessas praias desertas tiveram de entredevorar-se, levados pelo delírio da fome<sup>54</sup>.

<sup>54</sup> J. U. Gregory, *L'Île d'Anticosti et ses Naufragés*.

Evidentemente, é à não-divisão da terra que se deve o abandono quase completo da grande ilha. Recentemente, uma das encantadoras ilhas que formam as Pequenas Antilhas, a Barbuda, tinha igualmente um único senhor; agora, ela é dividida em dois domínios cujos feudatários são obrigados a fazer ao governador da ilha vizinha, Antígua, a homenagem anual de uma ovelha gorda ou de um cervo<sup>55</sup>. Mas os grandes proprietários deixaram deserta essa terra, contudo fértil e salubre: de todas as Antilhas, ela é de longe a menos povoada; em 1890, sua população era de apenas quatro habitantes por quilômetro quadrado, enquanto aquela de Barbados era cem vezes mais elevada (426 indivíduos). De mesma superfície que as ilhas Normandas, Barbuda não abriga nem 1.000 pessoas, enquanto 100.000 habitantes nutrem-se com facilidade em Jersey e Guernesey.

Tal é, também, a razão pela qual a Grã-Bretanha, contudo tão orgulhosa de suas colônias, deve reconhecer o humilhante contraste que apresentam, na América Central, sua grande possessão de British Honduras e as colônias vizinhas habitadas por brancos de origem espanhola e *ladinos* de raça mestiça. Essa diferença tão grande entre seu vasto domínio quase inútil e os territórios vizinhos, enriquecidos por suas culturas e pela exportação de seus produtos abundantes, provém do fato que Honduras "britânica" é inteiramente concedida a grandes proprietários: por que tra-

---

<sup>55</sup> Ober, *Camps in the Caribbees*.

balhar como escravo ao lado de um país onde se pode permanecer livre?

Seja pelo efeito da hereditariedade feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude da conquista, como na Irlanda, ou de enormes aquisições, como na Austrália, a divisão do solo em propriedades de enorme extensão tornou-se a regra em certas regiões, onde os verdadeiros lavradores são quase excluídos de toda parte de posseção do campo nutridor. Cita-se principalmente o clássico exemplo da Escócia do norte, onde o território encontra-se, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados: muitos deles não poderiam, galopando seus cavalos, atravessar em um único dia todo o seu domínio, de limite a limite, e, por sinal, a maioria nem mesmo se deu ao trabalho de explorá-lo: basta-lhes receber os rendimentos. O condado de Sutherland, 5.200 km<sup>2</sup>, pertence quase em sua totalidade ao nobre que, como acontece, porta esse mesmo nome de Sutherland. Em 1890, treze outros grandes senhores possuíam cada um mais de 100.000 acres (405 km<sup>2</sup>) contínuos; a superfície total dessas propriedades alcança 15.000 km<sup>2</sup>, e pode comparar-se em grandeza às duas Savóias acrescidas do departamento dos Altos Alpes.

Os grandes proprietários ingleses não têm tão vastas extensões a governar; podemos citar só quatro deles — e três destes têm suas propriedades na Irlanda — cujo território alcança 500 km<sup>2</sup>, mas eles detêm fontes de renda cuja importância é bem mais



considerável do que os grandes domínios rurais da Escócia. São minas e pedreiras, portos e cidades. Um único dentre eles é senhor da cidade galesa de Cardiff, com todas as suas hulheiras de abastecimento, todo o seu equipamento de vias férreas, portos, estaleiros, armazéns. O solo de Londres, a cidade mundial, pertence a um pequeno número de duques e barões que empregam cada um todo um ministério de coletores e oficiais de justiça para o recebimento de seus aluguéis sempre crescentes. É esse regime que a aristocracia dominante da Inglaterra desejava aplicar em seu proveito, em todo o império colonial, em proporções ainda mais monstruosas do que na mãe-pátria. Assim, na Austrália oriental, quatro colonos partilhavam, nos Liverpool Downs, uma superfície de 3.250.000 hectares — a Bélgica conta só 2.945.000 —, onde cada um deles criava 70.000 cabeças de gado sem outros custos senão aqueles com meia dúzia de vaqueiros. Esses grandes feudatários, aos quais seu reino havia custado apenas o pagamento de uma patente de 250 francos, portavam o nome democrático de *squatters*, ou “agachados”, como se estivessem sentados no solo ocupado. Foi com grande dificuldade que a pressão popular pôde forçar o governo a modificar esse regime escandaloso da propriedade.

Assim como os lordes ingleses, os grandes proprietários alemães aproveitam-se dos resquícios do feudalismo para conservar intactos seus imensos domínios: usufruem, além do mais, de uma legislação especial para a venda de seus produtos. Os quinze maio-

res proprietários de terras do império possuem juntos mais de 4.600.000 hectares; um sexto de todo o grão-ducado de Baden pertence a um deles. Mas esses personagens são apenas humildes sires em comparação com o czar de todas as Rússias, cuja propriedade privada compreende 51 milhões de hectares, quase a superfície da França.

Em certas regiões, notadamente em Andaluzia, todos os proprietários são grandes senhores: não existe classe média entre o milionário e o proletário que depende absolutamente do senhor para o sustento diário, como o escravo antigo, talvez ainda pior. Os possuidores do solo uniram-se em um sindicato para a redução do salário a um valor de fome, inclusive a 2 reais ou 50 centavos por dia. Todavia, o duque de Osuna, envergonhado com suas riquezas tão facilmente adquiridas, teve, por volta de 1880, a idéia de partilhar seus domínios entre os cultivadores e, assim, criar a pequena propriedade: foi um clamor geral contra ele; trataram-no de louco, traidor e, enfim, o sindicato dos grandes proprietários fez com que o governo intervisse para obrigar o príncipe filantropo a conservar seu monopólio<sup>56</sup>.

Do mesmo modo, vimos recentemente no Novo Mundo, e em um outro estágio de evolução da propriedade, a opinião pública e o governo suscitarem dificuldades para a manutenção de formas comunitárias encontrando-se em desacordo com as práticas

<sup>56</sup> *Société Nouvelle*, abril de 1894, p. 568.

correntes e os preceitos administrativos. Trata-se dos *dukhobortzi* ou “lutadores pelo espírito”, aos quais suas convicções religiosas proibem portar armas, e que o governo russo havia ordenado que fornecessem, contudo, seus jovens ao serviço militar. Sabemos que os *dukhobors* haviam resistido com uma constância heroica às ordens, às chicotadas, à prisão, ao exílio, e até mesmo aos fuzilamentos, e que o governo teve de ceder ao final, mas sem grandeza, autorizando os secretários a abandonarem o solo da Rússia. Um primeiro comboio de 1.126 indivíduos partiu para a ilha de Chipre, onde quakers ingleses haviam preparado um asilo, mas insuficiente e muito insalubre. Foi grande a mortalidade, e a multidão dos emigrados, mudando de direção, e fortemente aumentada no percurso, tomou o caminho de Manitoba, onde outras terras, favoravelmente situadas, os aguardavam. Em 1900, sete mil *dukhobors* encontravam-se instalados no território norte-ocidental do Estado canadense, deixando para trás, nas províncias caucasianas, apenas um pequeno número dos seus. Aí começaram dificuldades de uma outra ordem, das quais alguns detalhes ainda não estão resolvidos (1905). De início, os imigrantes, habituados às práticas das autoridades russas, não quiseram absolutamente deixar que registrassem oficialmente as certidões de estado civil. Os canadenses tiveram de contentar-se com suas declarações verbais relativas aos nascimentos e aos óbitos; quanto aos matrimônios, eles estimavam não ter de prestar contas. A atribuição cadastral dos lotes de terra foi

mais difícil de resolver. O governo recusava-se a registrá-los em nome de uma coletividade, enquanto os recém-chegados rejeitavam toda apropriação individual, pois “a propriedade privada não pode manter-se senão por leis coercitivas e pelo serviço militar ou policial”<sup>57</sup>. Também se pensou escolher homens-de-palha, proprietários legais que nunca deveriam tirar proveito de seu caráter oficial em relação aos ocupantes do solo. Mas o perigo era demasiado grande: alguns já se haviam entregado à corrente da riqueza; haviam trocado a orientação de sua vida e tomavam por ideal não a comunidade dos interesses em uma sociedade de amigos e iguais, mas o bem-estar privado como proprietário e capitalista: eles moldavam-se na forma de exploração exacerbada que rege atualmente as sociedades, talvez mais ainda no Novo Mundo do que no Antigo. Não foi preciso nada menos que a ameaça de um novo êxodo para convencer os homens de Estado canadenses, que, entrementes, puderam constatar as elevadas virtudes dos imigrantes e a utilidade que havia de conservá-los no país: viram que eles possuíam a perfeita prática do trabalho agrícola, e asseguraram-se de sua probidade tradicional. O governo resignou-se, portanto, a subscrever às exigências dessas pessoas de uma perfeita doçura, entre as quais as perseguições seculares e o princípio da “não-resistência” haviam desenvolvido o espírito do mártir. Em vez de renunciar a seu tipo de vida co-

---

<sup>57</sup> Léon Tolstoï, *Revue Blanche*, 15 de novembro de 1900.



munitária, em vez de humilhar-se a um registro no livro oficial dos proprietários, dos esposos legítimos, dos pais armados com a vara da autoridade, os “Lutadores pelo Espírito” teriam preferido retomar o bastão do exílio e tornar a caminhar pelo mundo até encontrar um povo piedoso que os acolhesse, ou até o descanso final no túmulo.

No regime da grande propriedade, defendido pelo evolucionista moderno, opõe-se, aqui e acolá, aquele da divisão do solo em pequenas propriedades. A partilha normal, observada principalmente na China, é aquela que dá à família exatamente a quantidade de terras que ela pode trabalhar em média para obter a colheita necessária ao seu sustento. Mas em nenhum lugar a repartição foi feita segundo o bom senso ou a razão pura, ela foi, ao contrário, o resultado dos conflitos que se produziram durante a sucessão dos séculos entre os interesses opostos. Em toda parte o lavrador buscou defender seu pedaço de terra contra a rapacidade do conquistador ou do comprador quando a gleba saiu da indivisão nacional ou comunal e, às vezes, as circunstâncias tendo-lhe sido propícias, ele conseguiu salvaguardar seu pequeno terreno. Em muitos lugares, a própria natureza foi-lhe favorável pela forma de seu relevo ou pelas condições de seu clima: aqui, o solo que ele cultiva é defendido por escarpamentos, muralhas de rochedos, brejos, bosques limítrofes; alhures, está protegido atrás dos canais, em ilhotas ou clareiras; fez-se pequeno para não ser notado. Enfim, em certas regiões, conquistou com grande es-

forço seu direito ao uso pessoal da terra; fez-se temer para conservar sua pá no sulco patrimonial: foi pela revolução que a pequena propriedade constituiu-se. Foi graças à força do povo erguendo-se contra o rei, a nobreza e a Igreja que os servos de Saint-Claude puderam partilhar os campos pessoais do imenso domínio da abadia; foi igualmente graças à força que os escravos de Santo Domingo desmembraram as plantações dos brancos, para ocupá-las como residentes livres.

As peripécias da luta que, fora de toda questão de princípios, grassou entre o trabalhador livre do solo e aquele que vigia escravos ou assalariados penando em seu benefício, acarretam consequências muito desiguais, diferindo em todos os países com a diversidade das leis. Em tal região, a pequena propriedade tende a perder-se nos grandes domínios ou aglomerar-se em terrenos de média extensão, muito superiores à capacidade de cultura de uma única família e, no entanto, de um rendimento mais elevado por causa dos mercenários dos quais se explora o labor. Todas as oscilações econômicas da sociedade que afetam as classes dos trabalhadores e dos capitalistas, nobres ou burgueses, representam-se sobre o solo e modificam a rede das linhas divisórias. O crescimento das famílias, nos países onde prevalece o costume da igualdade das partilhas, determina um autêntico desmembramento do solo, e, em consequência, aqueles que querem conservar a pequena propriedade em sua integridade primeva abstêm-se de ter vários filhos: o

país encontra-se, por isso mesmo, ameaçado de despopulação. A prática tradicional acaba por reduzir o lote de cada "partilhador" a uma simples lavoura; às vezes, estende-se a lógica até a repartição entre vários indivíduos dos objetos que, por sua própria natureza, são indivisíveis. Já é bizarro que se possa parcelar um campo em faixas ou em lotes tão estreitos que a cultura torna-se illusória; mas quão mais absurdos surgem costumes levando os possuidores de um direito a cindir um imóvel em tantas propriedades distintas quanto tem de pavimentos — foi o que fizeram em Nice, em Edimburgo e outros lugares —, ou, então, a despedaçar virtualmente as bestas de carga para atribuir seus corpos e os membros separados para condutores diferentes<sup>58</sup> —, ou, inclusive, a repartir uma árvore em ramos ou em feixes de galhos dos quais cada um tem seu proprietário titular — como no Djurdjura berbere ou no Ceilão. Recentemente, nessa ilha, julgava-se um processo que tinha por pleito a propriedade de uma parte sobre duas mil e cinco de dez coqueiros (Emerson Tennent).

Tais invenções não parecem de propósito imaginadas para suscitar os ódios e produzir os processos?

Como entre a propriedade comum e a propriedade privada, a guerra grassa eternamente entre a grande e a pequena propriedade; não só elas criam, cada uma, um agrupamento de classe hostil à outra,

---

<sup>58</sup> Percy Molesworth Sykes, *Royal Geographical Society*, 28 de junho de 1897.

como também se chocam como dois sistemas diferentes e inimigos. Embora nascidas uma e outra dos apetites e das paixões do homem, as duas formas de propriedade são apresentadas por seus partidários como regimes que devem ser mantidos definitivamente por causa de suas virtudes essenciais. De início, a pequena propriedade, que parece mais próxima da equidade natural, é exaltada como o estado por excelência: a família dos cultivadores nela encontra integralmente uma vida de trabalho incessante e o emprego regular das horas e das jornadas; mesmo quando os campos repousam, as pessoas da casa têm de ocupar-se de seu gado e da organização de seus produtos; eles também ornaram sua residência: a arte tem seu papel normal na existência do pequeno camponês. O romance apodera-se de bom grado da cabana rústica onde ele vê um quadro encantador para o idílio com que sonha e que, por sinal, pôde realizar-se muitas vezes: mas quão mais freqüente uma sórdida miséria assentou-se no lar, e, mesmo quando o humilde grupo familiar tem a chance de desfrutar de um modesto bem-estar, o que pode fazer para alargar seu horizonte, ampliar suas idéias, renovar sua capacidade intelectual, aprender, inclusive, o que se reporta à sua atividade? A rotina que o fixa à gleba hereditária mantém-no igualmente encerrado nos antigos costumes: ainda que livre na aparência, não deixa de conservar a alma do escravo.

É pela pretensão de serem os educadores em agricultura racional que os proprietários de vastos domí-



nios buscam justificar a usurpação das terras comuns e privadas que eles devem ao seu nascimento, às suas riquezas hereditárias ou às suas especulações. Em todo caso, essa pretensão está deslocada entre esses dos grandes senhores que evitam residir em suas terras, como a maioria dos titulares de domínios irlandeses que sabem que são odiados por seus rendeiros. Não seria uma idéia puramente grotesca falar deles como educadores? E o que dizer daqueles que seriam muito bem acolhidos por seus camponeses, habituados à condição de não-proprietários, mas que, unicamente preocupados em receber suas rendas, transferem todas as preocupações de gestão para os ecônomos, administradores ou gente da lei cuja gerência também não é desinteressada?

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultura, se eles trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos nas quais se aplicam os mais recentes procedimentos, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou animais, ou então praticaram invenções ignoradas antes deles, não se deve contudo esquecer que o *latifúndio*, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para a maioria: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem mais nada. Alguns grandes proprietários, arrebatados pela paixão do solo, também podem ter a ambição de serem admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre só menor que

a devastação e o incêndio: ela, por sinal, acaba por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações, e amiúde também àquela da própria terra. Sem dúvida, grandes senhores inteligentes podem formar excelentes peões; eles terão empregados de uma correção irrepreensível; todavia, supondo inclusive que a fecunda atividade inaugurada por eles dê a toda a população das cercanias um trabalho superabundante, não é inevitável que, por seu modo de agir autoritário, absoluto, de ditar o trabalho, eles façam súditos em vez de preparar nobres iguais? Esforçam-se para conservar uma sociedade de caráter essencialmente monárquico; mais ainda, buscam retornar ao passado, destruir em seu meio todos os elementos democráticos, reconstituir um mundo feudal no qual o poder pertence àquele que eles julgam mais merecedor, isto é, a eles próprios, e, na falta de mérito, ao mais privilegiado. Bastaria estudar um mapa da França para nele ler a ação exercida pelos grandes domínios. Entre as razões que entregam de antemão tal ou qual cantão a representantes e a senhores reacionários, simultaneamente clericais e militaristas, não há razão mais decisiva do que a influência dos grandes proprietários que, sem nem mesmo dar-se ao trabalho de fazer sua criadagem e seus camponeses votarem, os dirigem naturalmente em uma via de tal aviltamento moral que eles votam sinceramente com vistas a um regime de obediência em relação ao senhor hereditário; é o mesmo espírito que dita os sufrágios dos criados e dos fornecedores nos bairros elegantes das cidades e nas estações de águas.

De qualquer modo, podemos nos perguntar se a grande propriedade, celebrada como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, por suas influências totalizadas, menos eficaz do ponto de vista das melhorias materiais do que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se, na economia geral da França, tivéssemos de estabelecer em detalhes, de um lado, todos os excedentes de ganhos devidos à gerência de um único nos grandes domínios, e, do outro, todos os desperdícios causados nas comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, os territórios de caça, as landas que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse muito para o lado da perda, e a grande propriedade permanecesse para os povos modernos o que ela foi para os povos antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu, apesar de tudo, mostrar-se entre os hortelões, os horticultores e os pequenos cultivadores, tanto quanto entre os ricos agrônomos, embora com menos fasto e literatura. O pobre é rotineiro, sem dúvida, e não aventura suas parcas economias mordidas pelo fisco e pela usura senão com extrema prudência, mas ainda assim arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. Os fatos estão aí: a terra do rude camponês rende hoje o dobro do que rendia quando Young percorria as províncias da França e constatava a desoladora pobreza. Há progresso unicamente por causa da iniciativa privada, e, contudo, a união

das forças, que goza de todas as vantagens da grande e da pequena propriedade, quase não interveio: apenas anunciou-se.

Entre as conseqüências que a grande propriedade acarreta, não se deve esquecer o obstáculo que ela cria à livre circulação, quando as populações dos arredores não souberam desprezar as proibições. Na Grã-Bretanha, o direito de passagem, *right of way*, agita a opinião local em vinte locais simultaneamente. Os habitantes vêem fechar-se antigos caminhos, um após outro, e desgraça às comunidades que recorrem aos tribunais, se elas não possuem títulos indiscutíveis! Em muitos distritos da Escócia, os senhores fizeram com que a justiça proibisse o acesso das montanhas, e os pedestres estão reduzidos à mesma estrada do fundo do vale que utilizam bicicletas e automóveis. Os mapas do estado-maior inglês portam inclusive a prudente menção: "A existência de uma estrada no mapa não implica o direito de servir-se dela". E terá problemas o viajante que se aventurar a penetrar nos bosques ou atravessar um campo de pousio! Os últimos pedágios estão desaparecendo — ainda ontem, em 1893, readquiria-se por 600.000 francos a eliminação de uma barreira que impedia ao gado a livre passagem de Gower Street em Londres, ou a rua Bergère, em Paris —, mas inúmeras novas barreiras substituíram-nas. O pretexto habitual dos proprietários que fecham os caminhos atravessando seus domínios é a preservação da caça; assim, a grande propriedade tem a caça furtiva por corolário essencial. Aos



“quadros”<sup>59</sup>, dos quais se orgulha o caçador autorizado, opõem-se as hecatombes de seu colega noturno, as pescarias à dinamite que despovoam um rio em algumas horas; mas a sanção legal não é absolutamente a mesma num e noutro caso. Na prática, a caça ao homem é permitida ao proprietário e seus guardas, enquanto não se poderia avaliar o que, durante o século XIX, a perseguição ao coelho e ao “pássaro sagrado” valeu em anos de prisão e colônia penal, e até mesmo quantos indivíduos ela levou ao cadafalso.

Com freqüência, homens de Estado e economistas encorajam a pequena propriedade: na Dinamarca, notadamente, toda facilidade é oferecida à aquisição de uma propriedade de menos de quatro hectares. Pensamos também no exemplo da *homestead exemption* dos Estados Unidos, que declara inalienável e inapreensível uma pequena superfície de terreno por família, bem como a casa em que habita, em condições que variam um pouco de estado a estado. Todavia, é evidente que semelhante sistema deveria permanecer limitado a uma fraca fração da população, caso contrário, cada produtor, tendo acesso ao solo, teria sua independência assegurada, e a concepção atual da sociedade abalada em sua própria base. Assim, pode-se estar seguro de que nada de semelhante adquirirá força de lei na França, a não ser sob restrições tais que seu efeito seria ilusório. Os islandeses são, entre os povos europeus, os únicos que se preveniram contra

<sup>59</sup> Alusão aos troféus de caça. (N.T.)

o monopólio das terras: desde 1884, o proprietário que não cultiva ele próprio sua terra é obrigado a alugá-la a um outro.

Amiúde se opõe o Ocidente ao Oriente como se eles fossem absolutamente diferentes pelo gênio e pelos costumes, mas ocorre precisamente que as práticas fundamentais, aquelas da utilização do solo pela cultura, seguiram de uma e de outra parte a mesma evolução: chineses, eslavos, germanos e gauleses deixaram-se guiar pelas mesmas considerações na administração de seus interesses maiores, aqueles que lhes dão o pão, e os conflitos de classes que se produziram em relação a isso foram idênticos. A China também teve o *mir* comunal como a Grande Rússia de nossos dias, depois de ter tido a comunidade das terras, sem partilha temporária: ela conservou em muitos lugares vestígios desses dois modos de propriedade comum, assim como todos os países do Ocidente. Na China, como em toda parte onde se constituiu fortemente o poder central, os senhores abusaram de sua força para adquirir, seja como feudos, seja como propriedade absoluta, terras demasiado vastas que eles próprios não podem cultivar, e são bastante poderosos para fazê-las lavrar por agricultores, meeiros ou inclusive trabalhadores rurais. Mas um fenômeno econômico semelhante àquele que se produziu na Grã-Bretanha, por exemplo, onde a agricultura está, por assim dizer, moribunda<sup>60</sup>, desviou por um tempo os capitais livres para a indús-

<sup>60</sup> Ridder Haggard, *Rural England*.

tria e o comércio, representando um esforço mais simples, mais tranqüilo do que aquele dos trabalhos agrícolas; e disso resultou que os trabalhadores da terra puderam, assim, conservar seus campos, onde encontram os meios para sobreviver, mas que são para os ricos rendimentos muito fracos. O regime que prevalece na China, assim como em certas partes da França, é, portanto, aquele da pequena propriedade, frequentemente mantida sob forma familiar. Entretanto, o movimento de transformação econômica é mais rápido no Ocidente do que no Extremo Oriente. A agricultura chinesa representa atualmente um estado análogo àquele da agricultura européia no século passado. Cada camponês mantém ao redor de sua casinha, em um pequeno jardim cortado por canais, tudo de que precisa para alimentar-se e vestir-se: arroz, trigo, algodão ou rami, algumas amoreiras e bichos-da-seda, bambus, porcos no quintal, peixes e patos no charco; cada cultura repete a vizinha<sup>61</sup>.

Do mesmo modo, na antiga França, cada camponês livre ou meeiro, tinha sua colheita de trigo, cevada e aveia, algumas videiras para seu vinho ou macieiras para sua sidra, uma nogueira e outras árvores frutíferas, um pouco de linho e cânhamo para seus lençóis e suas camisas, um porco, patos ou galinhas: todas as pequenas propriedades eram organizadas da mesma maneira. Agora, os países da Europa ociden-

---

<sup>61</sup> Eug. Simon, *La Cité chinoise*; Jean Brunhes, *L'Homme et la terre cultivée*.

tal encontram-se em estado de transição entre o antigo ordenamento das culturas, que forneciam ao camponês tudo o que lhe era necessário mas não lhe permitia vender nada, e o novo sistema embasado na produção mais abundante possível dos gêneros alimentícios de venda local ou de exportação e a compra dos outros artigos necessários.

As vicissitudes da luta contra os dois modos extremos de cultura pelo homem livre ou pelo escravo manifestam-se em instituições intermediárias. O arrendamento é simultaneamente a mais simples e mais disseminada. O proprietário, sendo incapaz de gerir seu domínio, demasiado vasto para que possa apenas percorrer, confia-o por inteiro ou parcelado a um ou a vários especialistas que se encarregam de fazer a terra render. Se as condições são favoráveis, se o arrendatário tem o espírito aberto e une a experiência, o método à compreensão das novas idéias, se ele cultiva honestamente o solo sem esgotá-lo, se a duração de seu contrato é bastante longo para permitir-lhe as experiências de resultados de longo prazo, em resumo, se ele tem o mérito pessoal e que tudo o favorece, pode arrancar a terra bruta de seu estado de incultura, aumentar em enormes proporções os rendimentos anuais e contribuir singularmente por seu exemplo a esclarecer os camponeses rotineiros. Todavia, de hábito, o arrendatário não experimenta por essa terra que não lhe pertence, e que ele deverá abandonar um dia, senão um interesse moderado; evita amá-la para não ter amanhã de sofrer por isso; limita-se, em geral, a



cultivá-la unicamente com vistas ao dinheiro que ela lhe proporciona, e se, nos últimos anos do arrendamento, ele acha interessante forçar as colheitas em detrimento do solo, talvez negligencie pensar nos direitos de seu sucessor. Por que o arrendatário, delegado pagando pela gestão do solo, valeria mais do que o proprietário?

E o meeiro, que partilha na metade, em um terço, um quarto ou um quinto, o que se pode dizer de sua associação com o proprietário a não ser que ela figura um eterno combate? Recebe adiantamentos e reembolsa em produtos: seus interesses são, portanto, em todas as circunstâncias diretamente opostos àquelas do senhor. Um e outro comunicam o mínimo possível; disputam tudo, não pronunciando uma única palavra que não seja bem pesada, de modo a poupar um grão ou ganhar um centavo. É assim que as coisas se passam quando o contato é imediato entre os representantes das duas classes; mas a maioria move-se em mundos absolutamente distintos, e os interesses recíprocos tratam-se por intermédio de agentes, segundos parasitas, quase sempre deslizando na declividade fácil dos negócios que os incitam a enganar ambas as partes. Quando prevalecem tais práticas, como a preocupação com o melhor tratamento da terra poderia agitar o espírito do meeiro? Vegetar simplesmente, acomodar-se como pode a seu destino funesto; ele não poderia ter outro desejo<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> Edmond Demolins, *Les Français d'aujourd'hui*, p. 313.

Entre outras combinações intermediárias no modo de concessão do solo, também podemos citar a prática denominada na Bretanha de “domínios restituíveis”, prática na aparência menos injusta do que o arrendamento ou a meação, mas muito mais instável. Compreende-se facilmente como nasceu esse costume. Muitos fidalgos aos quais haviam atribuído vastos domínios não sabiam o que fazer deles, porquanto não tinham pessoal para utilizá-los ou para fornecer a meeiros elementos de trabalho. Limitavam-se, portanto, a oferecer ao primeiro ocupante que chegasse essas terras que lhes teriam sido inúteis e, em troca, obtinham um aluguel qualquer, muito baixo de início, mas crescendo em proporção das demandas em concessão que se lhes faziam. Se melhores condições de aluguel ofereciam-se, eles tinham o direito de pedir de seus locatários a restituição da terra, sob a condição de reembolsá-los os custos com todas as construções efetuadas e todas as melhorias feitas na propriedade. Seguros dessa condição, os cultivadores “*domaniers*”<sup>63</sup> ou *convenanciers*” da Bretanha conseguiam conservar por muito tempo suas terras e, inclusive, alguns deles compravam-nas a baixo valor dos proprietários legais; mas estes, sempre em virtude de seus títulos e privilégios, não cessavam de agir junto ao poder e aos tribunais para reduzir a pouca coisa ou a nada o valor dos trabalhos realizados em suas terras pelos

<sup>63</sup> Simultaneamente proprietário e locatário; proprietário das construções e locatário da terra. (N.T.)

*domaniers*. Em 1647, os Estados da Bretanha, reunidos em Nantes, proibiram os cultivadores de apresentar o valor dos edifícios e “direitos reparatórios” acima de uma proporção fixa do valor da terra; simultaneamente juízes e partes envolvidas, os membros dos Estados decidiam que adquiriam doravante o direito de pedir falência de seus locatários e expulsá-los para tratar com outros locatários, dessa vez arrendatários ou meeiros. À medida que o solo aumentava em valor, o proprietário enriquecia e colocava condições em vez de suportá-las<sup>64</sup>.

Recentemente, imaginava-se de bom grado que depois do desaparecimento presumido das formas antigas da propriedade comunitária, não restaria mais outro conflito pela concessão do solo senão entre a grande e a pequena propriedade; mas eis que se apresentam outros campeões, as sociedades financeiras e as associações de trabalhadores: a batalha muda de aspecto entre adversários que, no fundo, são sempre os mesmos. A propriedade já não é como outrora uma extensão visível e tangível de terreno ligada à sólida rocha subjacente; ela tende cada vez mais a ser apenas um valor mutável representado por papéis que passam de mão em mão; é uma quantidade que se move e turbilhona no grande movimento de especulação onde tudo se encontra atraído, minas, ferrovias, frotas, e até mesmo os impérios. Doravante, a luta adquiriu tais proporções que o que está em jogo não

---

<sup>64</sup> E. Beslay, *Notes manuscrites*.

se compõe mais de simples domínios, por mais vastos que sejam, nem de classes rurais, em massas tão numerosas que se espremem, trata-se ao mesmo tempo de camponeses, operários, de todos os homens de trabalho, da sociedade inteira: o problema da agricultura não deve ser estudado de modo algum à parte, mas em suas relações com o conjunto da questão social.

Chegando ao final do período atual caracterizado pelo esforço do pequeno proprietário cultivando pessoalmente seu pedaço de terra contra o grande senhor que faz trabalhar para ele mercenários, devemos constatar que a situação geral do cultivador está em muitas regiões completamente abaixo do que exige a dignidade humana, e que ela pode descrever-se quase exatamente nos mesmos termos a milhares de anos de intervalo. Ameneman, um dos bibliotecários do faustoso Sesostris, falava assim dos cultivadores numa de suas cartas<sup>65</sup>: "Nunca te representastes a existência do camponês? Antes mesmo que tenha feito a colheita, os insetos destroem uma porção de sua colheita; multidões de ratos estão nos campos, depois vêm as invasões de gafanhotos, os bichos que devastam a colheita, os pardais que se lançam em tropas sobre os feixes de cereais. Se ele negligencia a rápida coleta do que colheu, os ladrões vão tomar-lha; seu cavalo morre de fadiga de tanto puxar a charrua. O coletor de impostos chega no desembarcadouro, acompanhado de agentes armados de bastões, de negros com galhos de palmeiras.

<sup>65</sup> Citada por F. Lenormant, *Les premières civilisations*.



Todos dizem: "Dai-nos teu trigo", e ele não tem como recusar a extorsão. Em seguida, o infeliz é preso, enviado à corvéias de canais, sua mulher tem suas mãos atadas, seus filhos são despojados..."

O que eram os camponeses, há dois séculos, para a sociedade policiada "da cidade e da corte", sabemos-lo pela pungente descrição que faz La Bruyère; todavia, é provável que essa terrível página é de uma verdade apenas parcial, já pavorosa visto que se aplicava a milhões de seres humanos. Um observador tal como o pintor dos *Caractères* devia ter estendido seu campo de estudos sobre o conjunto da nação, e o que ele escreveu sobre o estado dos camponeses deve ser sobretudo compreendido como um ato de acusação contra o regime político e social que pesava sobre o povo. Do marechal de Vauban a Richard Heath<sup>66</sup>, é a descrição do mesmo quadro, a exposição das mesmas queixas. Outros documentos, muito tristes de ver, mostram-nos a impressão geral da sociedade policiada em relação aos trabalhadores da terra. Quando se examina uns após os outros os quadros dos Brühel, dos Teniers e de tantos outros pintores famosos que pintavam na mesma época ou depois deles, figurando cenas da vida rústica! Houve entre eles uma marca qualquer de respeito e afeição, ou apenas uma longínqua aparência de piedade em relação àqueles que nos dão o pão? Não, todos esses artistas que compunham seus grupos e pintavam seus quadros a gran-

---

<sup>66</sup> *Dîme Royale. – The Via dolorosa of the English Peasant.*

des traços queriam, de início, consciente ou inconscientemente, agradar sua clientela, e é por isso que eles zombavam amplamente, grosseiramente, impudicamente desses rudes camponeses que o contato com o esterco da terra nutriz macula. Eles adoram fazer pilhérias com todos esses miseráveis que eles consideravam uma raça absolutamente inferior fisicamente àquela que produzia as pessoas vivendo confortavelmente e seus senhorios. Esses tipos decerto existem aqui e acolá: encontramos no Brabante e nas províncias vizinhas indivíduos corpulentos, de tronco enorme, grande cabeça afundada nos ombros, membros finos e desengonçados; mas em lugar algum vemos populações inteiras compostas desses seres feios, completamente ocupados ao mesmo tempo com as desprezíveis funções da vida na imundície das encruzilhadas e dos fundos de cozinha. Há aí evidente intenção de provocar risos na boa sociedade e satisfazer ao mesmo tempo sua aversão por uma raça considerada inferior: do mesmo modo, na América, os negros devem ser representados sob forma de monstros grotescos de pavoroso ricto<sup>67</sup>.

Quão falsas, igualmente, mas em outro sentido, foram as imagens do camponês tais como simulavam vê-los os pintores “amantes da natureza” durante o século que precede a Revolução francesa! Esses pastores ornados de fitas, vestidos de seda, que tocam flauta fazendo graça diante de suas pastoras com echar-

---

<sup>67</sup> Henry Vandewelde, *Le Paysan en peinture*.

pes flutuantes, eram singulares representantes dos rudes trabalhadores que lavram o solo e tornam-no fecundo pelo labor incessante! Todavia, visto que a moda havia decidido o retorno à natureza, voltava-se a ela dando-lhe as afetações e as delicadezas ditadas pela moda do mundo elegante. Terríveis dramas sociais, guerras e massacres, a invasão da indústria manufatureira, toda uma nova era tiveram de suceder o antigo regime para que o artista enfim se encontrasse diante do autêntico camponês e ousasse compreendê-lo com a sua verdadeira natureza, com as suas pungentes misérias, suas alegrias, suas dores e os laços de humanidade comum que fazem dele o irmão dos outros homens, nascidos operários ou burgueses. Mesmo o artista e o escritor que o apresentam sob o aspecto mais lamentável de miséria e decadência física ou moral, podem fazê-lo, às vezes, levados inclusive por sua afeição e seu desejo pelo melhor: Zola ama o camponês quando o descreve em *A Terra*, ávido, astuto, vil e grosseiro. Millet também ama o viticultor quando no-lo mostra abatido pela fadiga e pelo calor, no limite do campo, molhado de suor, rubro de um sangue que já não circula, massa abatida sem força e sem consciência do pouco de vida que ainda resta.

Por sinal, o camponês, tal como outrora se o conhecia, está em vias de desaparecimento: o modo de concessão da terra mudando à sua volta, ele deve conseqüentemente mudar. Até mesmo o pequeno proprietário que busca caminhar ainda nas pegadas de seu pai e agarra-se com desespero à antiga rotina da

cultura não pode ignorar os métodos do vizinho, nem tapar os ouvidos aos relatos que ouve na feira de exposição. Incessantemente vê o círculo dos interesses crescer em torno dele; quer se informe, quer não, sabe que o trigo da Rússia, que o milho dos Estados Unidos vêm fazer concorrência a seus produtos e diminuem seus valores de venda; apesar de tudo, está implicado na especialização do trabalho; cada vez mais se aproxima do estado do operário que, nas cidades, é recrutado para os trabalhos da grande indústria. À medida que a exploração do solo faz-se mais científica, ele vê atenuar-se as características que o separavam dos trabalhadores das cidades. De proletários a proletários, as classes tendem a confundir-se como já se confundiram entre os senhores da terra e aqueles da manufatura.

Todo esse caos aparente das forças em luta, do humilde cultivador ao fastuoso capitalista que dispõe das colheitas em mil lugares do mundo, tem por resultado fatal gerar uma produção desordenada, sem regra e sem método. Se é permitido prever que os elementos necessários para a preparação à cultura do solo, o crescimento e a maturação das plantas nutritivas nunca faltarão ao homem — pois nada se perde na natureza; só pode haver modificações e deslocamentos —, uma imprevidente gestão, contudo, tem por conseqüência dispersar os recursos indispensáveis à terra e esgotar os campos durante um longo período. Pode ocorrer que aqui ou acolá o “capital de giro da vida”, transportado alhures, torne-se insuficiente lá



onde ele outrora abundava, e que os países mais fecundos transformem-se em desertos. Tal seria, segundo muitos autores, a razão pela qual a Bactriana, a Mesopotâmia e outras regiões da Ásia, bem como as cercanias do Taklamakan, teriam parcialmente perdido seus habitantes: o desaparecimento do fósforo carregado para os mares não permitiria mais aos cereais formarem-se, às colheitas surgirem e, por consequência, aos homens viverem. Todavia, essas afirmações parecem exageradas, pois, ainda em nossos dias, as terras cultivadas há três mil anos pelos ancestrais dos turcos, os arianos, os elamitas e os akkad, produzem colheitas em abundância, desde que a água pluvial caia em quantidade. As águas do Tarim, do Oxus, do Tigre e do Eufrates trazem suficientemente o fosfato e outros elementos de fecundidade.

Assim como para as regiões da Ásia central e da Ásia anterior, pôde-se atribuir em grande parte a diminuição da riqueza agrícola da Tunísia<sup>68</sup> à seca crescente do clima; todavia, os documentos antigos relativos à meteorologia local não têm a precisão de números que, só assim, permitiria dar um diagnóstico. Por outro lado, também é possível que a pobreza atual do solo decorra de causas puramente humanas. Constatamos entre os autores árabes que, na época da invasão muçulmana na Mauritânia, poder-se-ia viajar de Trípoli a Tanger caminhando de aldeia em aldeia sob as árvores. De fato, ao redor das ruínas da

---

<sup>68</sup> *La Tunisie*, publicação oficial. Tomo I, pp. 178-179.

cidade de Sbeitla, a antiga Suffetula, cartaginesa depois romana, situada em um deserto entre Kairouan e Tebessa, a exploração detalhada do solo revelou em um espaço de 27.000 hectares a existência anterior, além de Sbeitla, de 3 cidades, 15 burgos, 49 aldeias, enfim, de 1007 moinhos para extração de azeite. Segundo as mínimas avaliações, esse número de locais habitados e moinhos devia corresponder a uma população de mais de 40.000 indivíduos e a 400.000 oliveiras. Agora, esse espaço, percorrido por aproximadamente 1.500 nômades, só apresenta tendas armadas entre magros arbustos. Na época romana, os cultivadores das cercanias da Medjerda retinham a água por todos os meios possíveis; o estudo de um grande número de plantas locais provaram em Carton<sup>69</sup> que não havia fonte nem fino escoamento de água na superfície do solo que não fosse captado; quando a terra não continha qualquer umidade, ela era suprida de água com a ajuda de cisternas. Simples burgos, inclusive fazendas isoladas, possuíam um extraordinário conjunto de canais e reservatórios. As guerras destruíram tudo isso, assim como destruíram os olivais de Sbeitla e de outros lugares. Desde os filhos do deserto até os franceses, todos os conquistadores lançaram-se contra as árvores para melhor exterminar os habitantes. Se é verdade que as chuvas eram outrora mais fortes do que hoje o são, e que duravam mais tempo

---

<sup>69</sup> Carton. *Études sur les travaux hydrauliques des Romains en Tunisie*, p. 17. *Revue Tunisienne*, 1897.

a cada ano, é muito provável que a causa disso seja o desaparecimento do tapete de verdor, e pode-se esperar que o restabelecimento gradual do olival, que se adapta à fraca umidade que suas longas raízes encontram no solo, possa trazer de volta a antiga prosperidade agrícola.

Se os guerreiros, se, inclusive, os lenhadores e os agricultores, todos aqueles que trabalham na superfície da terra, causaram mal, muito mal temporário, o mar não é o reservatório comum e não pode devolver sob diversas formas o que os rios lhe deram? Ele dá às populações litorâneas, em Saintonge, em Poitou, na Bretanha, o "sart", a "tangué", suas plantas e suas areias fortificantes. Não guarda, por bilhões e bilhões de toneladas, reservas de conchas, vasas e resíduos de animais aguardando a draga dos futuros industriais? No litoral de Massachusetts, o peixe é às vezes pescado em quantidade tão grande que é utilizado como adubo.

Lá onde o solo virgem é submetido à charrua, e onde a terra há muito fecunda é fortalecida pelo trabalho do homem e por uma adubação apropriada, a colheita dos bons anos, e até mesmo dos anos médios, fornece amplamente a quantidade dos produtos necessários à alimentação de todos, camponeses e cidadãos, mas pode acontecer, pelas contrariedades do clima ou pelas condições econômicas, que as colheitas sejam insuficientes, se não sobre a terra inteira ou um continente, ao menos numa vasta região ou numa província. Não passa um ano sem que a palavra

“fome”, ou ao menos “penúria”, seja pronunciada em algum lugar do mundo, e até mesmo, na maioria das vezes, nos países que produzem habitualmente uma superabundância de grãos. Entretanto, se deixarmos de lado todos os homens que têm fome — e eles são numerosos — em consequência das condições sociais, devemos constatar que a fome propriamente dita tornou-se relativamente rara entre os povos civilizados, e o que testemunha isso, por sinal, é que, quando falta o alimento, os homens de nossos dias mostram-se completamente despreparados e não sabem de modo algum arranjar-se para obter os alimentos nos inumeráveis corpos que nos cercam e encerram substâncias assimiláveis; mas enquanto se espera essa era, anunciada por Berthelot, da futura síntese química da alimentação, é certo que os civilizados de nossos dias cedam em invenção aos pretensos selvagens.

Durante o cerco de Paris, toda a sagacidade dos buscadores de víveres consistia em capturar cães, gatos errantes, caçar ratos e outros bichos; a grande maioria dos famélicos cruzava os braços e não tinha outra coisa a fazer a não ser deixar-se morrer, extinguir-se por enfermidades e esgotamento quando as padarias e as mercearias fechassem e as magras rações administrativas faltassem. Na Rússia, quando as colheitas eram insuficientes, e os camponeses reconheciam que lhes seria impossível conseguir pelo trabalho ou pela mendicidade o alimento necessário, eles recorriam ao que se denomina “dormida” (liojka), isto é, uma espécie de hibernação pelo sono; a mesma necessi-



dade dá-lhes os mesmos hábitos que a marmota. A família prepara-se para dormir durante quatro ou cinco meses: a casa é calafetada, a parte superior do forno e as prateleiras próximas do teto são preparadas para servir de camas; atenua-se a vida pela obscuridade, pelo silêncio. O sono só é interrompido para as coisas estritamente necessárias que se realizam como em sonho. A população de distritos inteiros acomoda-se assim para suspender parcialmente a existência a fim de remediar a falta de pão<sup>70</sup>.

Completamente diferente foi a recente penúria ocorrida no país dos zulus. Estes encontraram o meio de remediar a falta dos víveres habituais pelas raízes, talos, folhas ou bagas de 32 espécies de plantas, das quais nenhuma parte havia sido anteriormente utilizada para a alimentação<sup>71</sup>.

A igualização das condições econômicas não era possível em uma época em que as vias de comunicação não existiam, ou, ao menos, eram tão difíceis e tão custosas que o tráfego interrompia-se a fracas distâncias dos grandes caminhos do mar e dos rios navegáveis. No interior das terras, conservavam os trigos não com vistas à venda, mas em perspectiva das penúrias futuras; só se podia ocupar-se do tempo, não do espaço. Assim como nas eras longínquas do antigo Egito, armazenavam-se todos os excedentes em celei-

---

<sup>70</sup> Volkov, *Bulletin et Mémoires de la Société d'Anthropologie*, 1900, pp. 67-68.

<sup>71</sup> P. Hariot, *La Nature*, 30 de julho de 1898, p. 134.

ros de reserva para não correrem o risco de vê-los devorados pelos gorgulhos e pelos ratos. Esses “armazéns de abundância” continham algumas vezes trigos centenários: a reserva de Estrasburgo, em 1633, ainda armazenava trigos de 1525 e até mesmo de 1439 conservados a altos custos e com infinitas precauções. Nas províncias diferentes, os preços variavam frequentemente da unidade ao décuplo ou até mesmo mais; em 1197, o trigo vende-se dezesseis vezes mais caro no Cotentin do que na região de Auge; adequando as moedas e as medidas àquelas de nossos dias, constatamos que os preços do hectolitro de trigo candial oscilam entre 87 centavos, próximo de Evreux, e 43,50 fr perto de Estrasburgo. Assim, a fome é uma visitante constante, aguardada, sempre presente em algumas partes da Europa, sempre acolhida com a resignação que se deve ao inevitável destino<sup>72</sup>.

O temor da falta de pão obsediava a tal ponto as imaginações populares, na época em que as vias oceânicas e continentais não estavam amplamente abertas em todos os sentidos, que se interrompia por qualquer motivo o comércio de exportação dos cereais: ao menor indício de penúria, suprimia-se inclusive o transporte de vilarejo a vilarejo, e amiúde se chegava a destruir o trigo por temer, muito frequentemente justificado, por sinal, que ele fosse açambarcado pelos grandes proprietários, pelos coletores de impostos ou pelos próprios reis.

---

<sup>72</sup> G. d'Avenel, *Paysans et ouvriers depuis sept siècles*.

Por diversas vezes profetas da desgraça anunciaram que a imprevidência do homem teria por resultado fatal e próximo um rendimento insuficiente das colheitas, e, em consequência, o enfraquecimento, a ruína, a morte da humanidade. Em meados do século XIX, o químico Liebig predizia o empobrecimento gradual de todas as culturas pelo desaparecimento dos sais de potássio e outros, que os cursos d'água carregam sem retorno para o mar. Cinquenta anos depois, em 1898, diante da Associação Britânica das Ciências, reunida em Bristol, um outro químico e físico, Crookes, proclama que as terras vão faltar para a cultura do trigo, que o nitrato de soda esgotar-se-á antes de 1930, que o único meio de evitar a fome universal e definitiva é encontrar o meio prático da produção artificial desse sal. Mas esses gritos de alarme não impediram absolutamente que a população crescesse e que tivesse havido para ela os alimentos necessários, ao menos tanto quanto a miséria dos famélicos comporta, talvez em via de diminuição. Por sinal, se, em prioridade, a humanidade ocupasse-se em aumentar metodicamente a produção do solo e nada deixar ao acaso, quantas obras iniciadas poderiam concluir-se, quantos conhecimentos seguros poderiam ser aplicados, quantos progressos realizar-se-iam! Utilizando a água de todos os rios que se perdem no oceano, coletando com zelo os elementos decompostos que retornam ao todo, colocando sob cultura regulada os espaços incultos ou negligentemente mantidos, aumentar-se-ia a produção em saltos anuais de uma singu-

lar amplitude! Mas supondo que, por um tempo, a agricultura não progrida absolutamente na aplicação dos procedimentos científicos e não assuma um caráter mais intensivo, pois bem, o conjunto das colheitas bastaria apesar de tudo para alimentar amplamente todos os homens, sob a condição naturalmente de que esses produtos fossem repartidos e empregados de uma maneira eqüitativa. Considerando a situação agrícola tal como é hoje, podemos afirmar que a terra produz bastante para todo mundo, e que cada um pode comer satisfatoriamente.

Por sinal, os fatos estão aí. Até o presente, a maioria dos homens em determinado território não impediu o solo de fornecer-lhes o alimento em quantidade suficiente. Existem distritos que, na memória dos homens, nunca conheceram a penúria, embora seja alta a densidade populacional. Ao contrário, os países submetidos à fome periódica ou endêmica, estão longe de serem povoados em proporção à fertilidade do solo e das condições vantajosas do clima. Basta que se compare a parte da Rússia européia, situada ao sul de 60° de latitude, e a Bélgica, por exemplo: a densidade populacional é oito vezes menos elevada no grande império do que no pequeno reino; a sobrevivência do habitante é ali bem menos assegurada e, no entanto, a Rússia compreende extensões de uma fertilidade lendária. A Índia contém aproximadamente o mesmo número de habitantes por km<sup>2</sup> que a França; não lhe faltam nem as planícies abundantemente regadas nem o sol vivificante. Se o homem



soubesse servir-se dessa terra, ela seria um dos grandes centros de aprovisionamento do globo. Por outro lado, consideremos as ilhas Normandas, região que se basta a si mesma. Elas gozam de um bom clima; mas que nada tem de excepcional na Europa atlântica. Se os insulares fazem vir de fora alimentos coloniais, desde as especiarias até as bananas, se importam carne e farinhas, suas fazendas fornecem leite, manteiga, queijo, aves e ovos em tal quantidade que o pequeno arquipélago constitui uma importante contribuição à alimentação da metrópole inglesa; além do mais, a Inglaterra importa um grande número de vacas leiteiras provenientes de Jersey e de Guernesey; enfim, essas ilhas dedicam-se à produção de primícias, e, em estufas que recobrem hectares, aceleram a produção dos legumes e dos frutos postos à venda em Londres no início do inverno. Em valor e, inclusive, em peso, a balança dos produtos importados e exportados é grandemente em benefício da cultura local, e, contudo, a população específica alcança em Guernesey oito habitantes por hectare, número ultrapassado em nossas estatísticas apenas por aquele da ilha Tsung-ming.

A priori, portanto, poder-se-ia evitar entrar no detalhe dos números por categorias de alimentos: a penúria não provém nem de uma recusa do solo, nem de um número enorme de participantes no banquete da vida; ela deve ser atribuída unicamente ao fato segundo o qual o trabalhador não tem absolutamente acesso à terra. Não é, no entanto, difícil ver a mesma constatação sair do estudo dos números.

Sem dúvida, é impossível avaliar exatamente a quantidade dos alimentos colhida por todos os agricultores dos dois mundos, pois as estatísticas não são regularmente elaboradas em todos os países produtores, e não são comparáveis entre si em todos os seus detalhes; mas as informações anuais, coletadas pelos especialistas que se ocupam do comércio dos cereais e controlados, discutidos pelos industriais obedecendo aos interesses opostos, permitem chegar a uma aproximação muito grande da verdade. Sabemos aproximadamente qual é a quantidade de cereais e outros gêneros alimentícios que passam todo ano pelos mercados dos países abrangidos pelo comércio geral do mundo civilizado; quanto às outras regiões, cujos habitantes ainda vivem apartados do comércio internacional, é inútil ocupar-se disso em uma estatística coletiva porquanto elas pertencem a um período histórico anterior ao nosso. Mas, desde já, o testemunho dos números é indiscutível: ele é, inclusive, tão evidente que se cessou de empregar o argumento até pouco tempo atrás mais habitualmente lançado contra os “utopistas”, contra os “visionários” que sonham com o gozo eqüitativo dos bens da terra por todos os homens. Evita-se repetir a expressão de outrora relativa à falta de pão. “Visto que não há bastante pão, é preciso que os pobres abstenham-se dele!” Não, ninguém ignora que o trigo existe suficientemente para todos; teve-se de recorrer a um argumento de segunda ordem, que cada um de nós ouviu mil vezes. “Enfim, em vossa socie-

dade do futuro, para quem reservais o Sauternes e o Clos Vougeot?"<sup>73</sup>

Comecemos pelos cereais, o principal elemento da alimentação. A produção média do trigo candial na Europa, no Novo Mundo, na China setentrional, na Índia e em algumas colônias africanas, tais como a Argélia e a África austral, ultrapassa um bilhão de hectolitros. Ora, o número de pessoas que comem pão de trigo candial é uma minoria: não se pode avaliá-lo a mais de 300 milhões de indivíduos; se todo o trigo fosse transformado em farinha, ele produziria mais de 80 milhões de quilogramas, ou seja, mais de 600 gramas de pão por dia e por indivíduo, o que é inferior à média da alimentação normal para os comedores exclusivos de pão, por sinal, relativamente raros, mas o que é muito superior à proporção de pão consumido pelo civilizado da Europa ou da América. À produção do trigo candial, devemos acrescentar outros cereais que servem para a fabricação do pão e fazem parte da alimentação das populações de linhagem européia e dos negros americanos que adotaram os costumes dos brancos. O centeio e a cevada, a aveia, o milho e outros grãos, fora o arroz, que entram na alimentação do homem e dos animais, fornecem uma colheita média muito superior a dois bilhões de hectolitros: é uma enorme quantidade de substâncias nutritivas das quais mais da metade, destinada à fabricação do pão e dos pratos comestíveis, é suficiente

---

<sup>73</sup> Sauternes e Clos Vougeot são vinhos finos franceses. (N.T.)

às necessidades de 300 milhões de indivíduos: uma fortíssima proporção desses grãos é, por outro lado, empregada na fabricação da cerveja e em diversos usos industriais.

Quanto ao arroz, o cereal por excelência para os dois quintos da humanidade, talvez para uma proporção ainda mais considerável, a produção não é conhecida de maneira suficientemente aproximativa para que seja possível pronunciar-se com o apoio dos números. Sabemos em que parte do território chinês o arroz é o alimento de principal cultura e também sabemos de uma maneira geral que as colheitas, solicitadas por generosos adubos e por um edificante labor, são muito abundantes em razão da semente. Para o Japão, as estatísticas dão a superfície das culturas e a quantidade do rendimento; do mesmo modo, os "livros azuis" da Grã-Bretanha dizem quais são na Índia a extensão dos arrozaes e a quantidade de toneladas representada pelo conjunto das colheitas. Também se sabe qual é a sobriedade dos hindus e de que modesta parte de grãos eles contentam-se para as suas refeições; todavia, o que se poderia ignorar é que a fome, freqüente na Índia, deve-se menos à falta eventual das chuvas do que à dependência absoluta do infeliz *ryot*<sup>74</sup>. A terra não lhe pertence, a cabana de bambu, o monte de lama no qual mora não lhe pertencem; toda propriedade, todo direito, toda vontade

---

<sup>74</sup> Lavrador que paga diretamente a um oficial do governo. (N.T.)



foram-lhe usurpados; o arroz que poderia servir à sua alimentação é por ele mesmo ensacado e empilhado nos trens de mercadorias para os cervejeiros e os moinhos da Europa; inclusive, especula-se com a sua miséria para diminuir a cada ano seu magro salário; durante o século passado, a renda diária do hindu baixou de uma maneira pavorosa: de aproximadamente 20 centavos em 1850, passou a não mais de 15 centavos em 1882 e a 7 ou 8 em 1900. É isso que chamam de “prosperidade da Índia”<sup>75</sup>. Compreende-se quão absurdo seria, em tais condições, desejar inferir da fome da Índia que a cultura de arroz, confiada a um povo de lavradores possuindo seu campo em propriedade coletiva ou pessoal, seria insuficiente, no transcurso das gerações, a alimentar uma população crescente. A Índia, por sua natureza, é ainda mais fecunda do que a China: ela poderia igualmente prover à alimentação dos seus.

Mas “o homem não vive só de pão”. Os legumes verdes e secos, os grãos das leguminosas acrescentam-se aos produtos dos cereais. Ervilhas, feijões, favas, lentilhas, soja dos manchus e dos chineses representam uma quantidade que não foi absolutamente avaliada com a mesma aproximação que os cereais porque essas sementes têm menos importância na alimentação do mundo, mas permanecemos decerto abaixo da verdade estimando a colheita anual desses produtos em 200 milhões de hectolitros, o que, para

---

<sup>75</sup> William Digby, *Prosperous British India*.

cada indivíduo, homem, mulher, criança, acrescentaria ainda ao pão mais de um litro por mês da alimentação mais substancial. A produção de batatas, do maior valor econômico, conquanto de menor riqueza proporcional em força nutritiva, alcança ou ultrapassa a cada ano um bilhão de hectolitros, contribuição muito considerável na alimentação dos homens. Quanto aos legumes verdes e às frutas, eles não são objeto de nenhuma estatística geral pelo fato de sua extrema abundância e da falta quase absoluta de centralização nos mercados: à exceção das primícias, dos legumes selecionados, das frutas de beleza ou de sabor excepcional, tudo se consome *in loco*; cada cidadezinha tem, de hábito, suas ruas ou seus mercados abundantemente abastecidos; e quanta perda, quanto desperdício no transporte, na exposição, na longa espera dos compradores! Centenas de indivíduos nutrem-se de dejetos de legumes apanhados ao redor dos mercados de Paris: milhões de homens poderiam viver das frutas: maçãs, peras, cerejas, pêssegos que, nas boas estações, caem das árvores e que ninguém se dá o trabalho de apanhar porque, no próprio distrito, todos têm essas frutas em superabundância, e a exportação, a conservação e a preparação em geléias, pastas ou compotas custaria demasiado caro. Nos pomares de Delaware, são enterrados milhões de pêssegos aos pés das árvores: nos portos das Antilhas e da América central, jogam na água todos os carregamentos de bananas que os compradores dos grandes navios recusam-se a transportar. Nas ruas das cida-

des brasileiras, os meninos lançam suas laranjas no chão para disputar o porte de um guarda-chuva.

Um cálculo muito simples, reproduzido milhares de vezes desde Humboldt, estabelece que toda a espécie humana teria como alimentar-se amplamente das bananeiras da zona tropical. O açúcar, tão indispensável à alimentação do homem, também é fornecido pelas plantas: cana, beterraba, bordo ou sorgo, e representa, considerando só a Europa, a enorme massa de 6 milhões de toneladas, que, contudo, repartida entre a população dos continentes, só daria por pessoa e por dia, sob a forma de açúcar cristalizado, uns quarenta gramas, o que, por sinal, basta amplamente a uma boa saúde.

Os alimentos de origem animal são obtidos pela caça ou pela pesca, ou pela criação do gado doméstico e pelas aves, ou, ainda, pela utilização do leite e dos ovos. Houve um tempo em que uma parte notável da espécie humana disputava sua presa com os carnívoros, mas, atualmente, o número de homens vivendo do produto da caça tornou-se tão pequeno que se pode considerar como não tendo mais valor econômico; já não existe na Europa. No continente africano, só se pode citar como alimentando-se sobretudo da caça miseráveis tribos de pigmeus, na parte equatorial do continente, e os *bushmen* do deserto de Kalahari<sup>76</sup>.

Todavia, o vasto mundo siberiano ainda é percorrido por tribos de caçadores viajando por imensos

---

<sup>76</sup> Ernest Grosse, *Die Anfänge der Kunst*, p. 43.

territórios em busca dos animais de carne nutritiva e de peles comerciais. Na América, em seus dois continentes, e na Austrália, são terras onde o estado primitivo do caçador ainda está representado por tribos típicas, por sinal, todas reduzidas a um pequeno número de homens por causa das dificuldades de sua vida sempre errante em enormes espaços. Assim, já não existe, propriamente falando, "povos caçadores". Em nenhum lugar, diz Grosse, eles puderam desenvolver-se assaz poderosamente para merecer esse nome: existem apenas "tribos caçadoras". Mas a pesca, nas profundezas marinhas, continua a representar uma notável quantidade de alimentação humana, sobretudo ao longo das costas pesqueiras, nas ilhas do Pacífico, no Japão, e no litoral chinês, na Noruega e na América setentrional. Populações quase exclusivamente ictiófagas mantiveram-se em diversas paragens insulares e costeiras. Embora o mar não seja inesgotável e que, inclusive, certas espécies perseguidas pelo homem tornaram-se raras, o valor anual da pesca não cessou de aumentar porque as pessoas do ofício empregam engenhos e embarcações cada vez mais bem adaptados ao trabalho, e que, em diversos lugares, começou-se a repovoar as baías, bem como lagos, açudes e rios.

A parcela de alimento que representa a carne dos animais domésticos, nos países europeizados do Antigo Mundo e do Novo, é aproximadamente conhecida. É avaliada em 20 bilhões de quilogramas, ou seja, uma trintena de quilogramas por indivíduo. Admitindo, o que negam muitos higienistas, e que muitas



populações em diversos países do mundo provam por seu exemplo ser completamente inexato, admitindo que os alimentos à base de carne sejam indispensáveis ao homem, haveria, portanto, uma parte de carne perfeitamente apreciável na sucessão das refeições, embora insuficiente para os glutões, ainda mais porque se poderia acrescentar os 20 bilhões de ovos fornecidos pelos galinheiros das mesmas regiões, bem como os 60 bilhões de litros de leite, e os 15 bilhões de quilogramas de queijo produzidos pelas fazendas. A imensa China também produz enormes quantidades de ovos, talvez superiores às daquelas da Europa e da América.

Todo esse alimento, compreendendo, ao lado dos cereais e outros grãos essencialmente nutritivos, uma singular variedade de alimentos vegetais e cárneos, forma um total ultrapassando de muito o conjunto das necessidades; e não tratamos aqui dos produtos que poderíamos denominar de luxo, porque eles não são fornecidos diretamente pela natureza e provêm de uma elaboração acabada pelo homem: tais as bebidas, os licores, os azeites, as essências, desde o *soma* do período védico até o vinho inventado pelo Noé da lenda, no sopé do Ararat, onde dizem ter sido bebido pela primeira vez, e tornado a glória de tantos vinhedos, da França à Califórnia, e da Austrália à República Argentina.

Já no ano de 1882, o consumo alimentar da Europa e dos Estados Unidos havia sido calculado segundo os mais baixos rendimentos anuais, e fixado

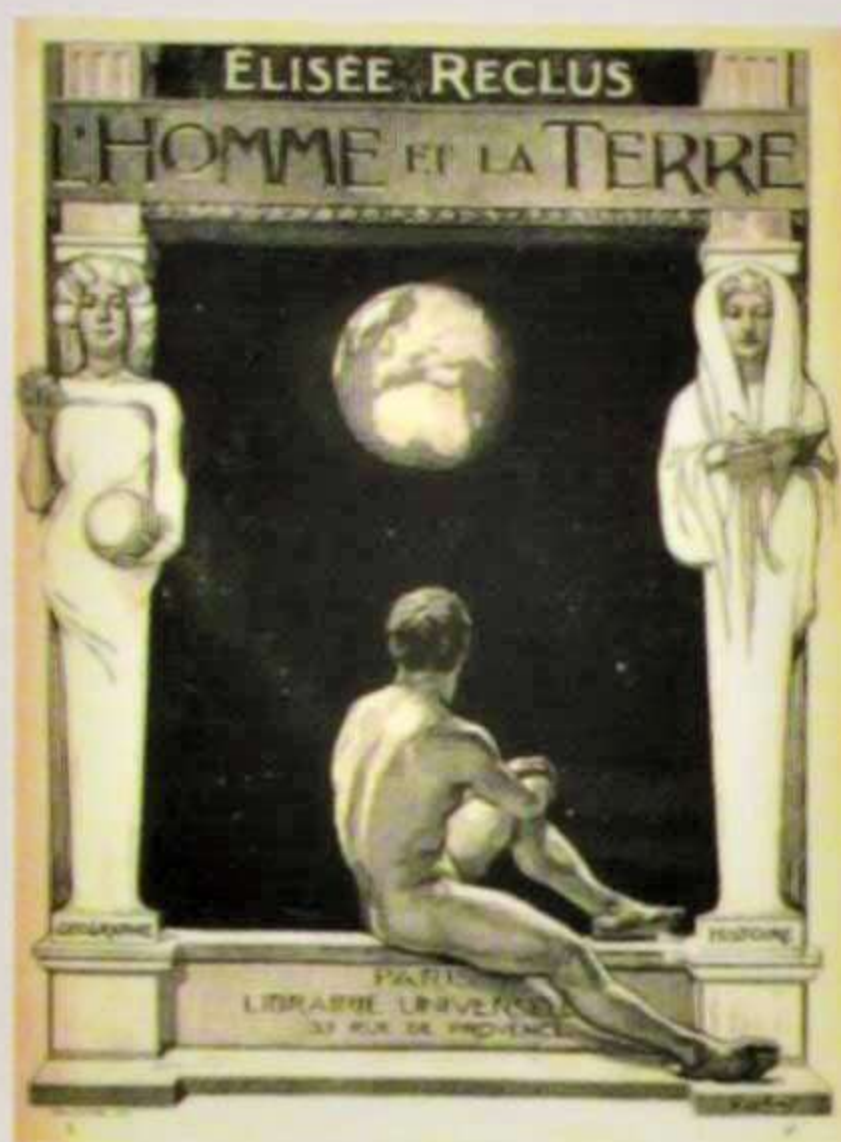
ao número de aparência hiperbólica de 380 bilhões de quilogramas, sem considerar as bebidas, ou seja, mais de mil quilogramas por pessoa. Ora, seguindo para sua alimentação uma ou outra das indicações dadas pelos médicos higienistas para o estabelecimento de uma razão fisiológica normal, pode-se sempre combinar os elementos de sua alimentação de maneira a não ultrapassar em média 475 quilogramas de alimento por ano, pois não se trata aqui do comedor excepcional, mas do indivíduo médio, compreendendo as crianças, as mulheres e os idosos. Significa dizer que, no estado atual de uma agricultura ainda rudimentar em grande parte da superfície terrestre, os recursos totais da produção são mais do que o dobro das necessidades do consumo<sup>77</sup>. Entretanto, a mesa não está servida para todos no banquete da vida! Há famélicos, e, inclusive, são numerosos; além do mais, o futuro não está garantido para os afortunados, e, entre aqueles que de hábito saciam sua fome, há milhões e milhões de indivíduos que olham para eles com pavor, comendo hoje na apreensão de não ter o que comer amanhã. O medo da miséria persegue até os ricos, e muito justamente, pois a fortuna é mutável, e aqueles que, neste minuto, erguem-se triunfantes, em pé sobre o carro, correm o risco, no momento seguinte, de serem esmagados sob as rodas ensangüentadas. Evidentemente, se a sociedade não fosse sempre dirigida pela sobrevivên-

---

<sup>77</sup> *Les Produits de la Terre, Le Révolté*, 23 de novembro de 1884-15 de fevereiro de 1885.

cia das sociedades anteriores, se o morto não continuasse a apoderar-se do vivo, os homens atuais não teriam preocupação mais urgente do que aquela de assegurar a todos esse pão, necessário à vida, que o lavrador fornece-lhe, e que, em nossos dias, desvia-se no caminho e estraga-se, desperdiça-se por mil acidentes, *in loco*, nos vagões e nos navios, nos celeiros, nos entrepostos e, sobretudo, nas mil mercearias. A primeira coisa a fazer seria introduzir a ordem e a segurança na distribuição; consistiria em expedir e repartir os diversos produtos, farinhas, legumes e frutas, com tanto método quanto são distribuídos todas as manhãs as cartas e os jornais. A coisa é factível para os alimentos, pois ela se faz para o papel; todavia, para realizar essa revolução de justiça e de bom senso, será preciso erguer a mão contra a "arca sagrada", violar essa desigualdade tão cara aos privilegiados e que lhes assegura não só o monopólio da terra e dos produtos da terra, mas também as fábricas e todas as obras do trabalho humano, sobretudo o poder, o direito de dizer-se senhores e dominar, com efeito, adulados, respeitados, adorados por esses mesmos que eles oprimem.





A primeira coisa a fazer seria introduzir a ordem e a segurança na distribuição; consistiria em expedir e repartir os diversos produtos, farinhas, legumes e frutas, com tanto método quanto são distribuídos todas as manhãs as cartas e os jornais. A coisa é factível para os alimentos, pois ela se faz para o papel; todavia, para realizar essa revolução de justiça e de bom senso, será preciso erguer a mão contra a “arca sagrada”, violar essa desigualdade tão cara aos privilegiados e que lhes assegura não só o monopólio da terra e dos produtos da terra, mas também as fábricas e todas as obras do trabalho humano, sobretudo o poder, o direito de dizer-se senhores e dominar, com efeito, adulados, respeitados, adorados por esses mesmos que eles oprimem.

ÉLISÉE RECLUS

